
***Companhia
Distribuidora de Gás do
Rio de Janeiro S.A. - CEG***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Distribuidora de Gás do
Rio de Janeiro S.A. - CEG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

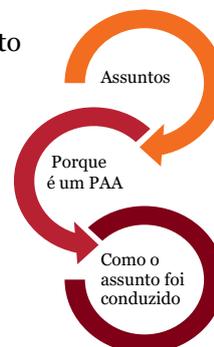
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, nossa abordagem de auditoria manteve-se substancialmente alinhada à do exercício anterior. Quanto aos Principais Assuntos de Auditoria, adicionamos um assunto que mereceu maior foco em nossa auditoria, referente aos Recebíveis de postos de Gás Natural Veicular (GNV), e excluímos o assunto relacionado a Prestação de serviços por empresas ou pessoas relacionadas ao governo e/ou pessoas politicamente expostas, pois julgamos que entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança, esse não foi considerado como um dos mais significativos na auditoria do exercício corrente.





Companhia Distribuidora de Gás do
Rio de Janeiro S.A. - CEG

Porque é um PAA

**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria**

**Gastos com o contrato de concessão
(Nota 14)**

Em consonância com o contrato de concessão de serviços públicos, a Companhia incorre em gastos de modernização e ampliação da rede de distribuição de gás que são registrados como ativo intangível e amortizados pelo prazo do contrato de concessão. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os investimentos na modernização e ampliação da rede atingiram o montante de R\$ 268.040 mil, conforme demonstrado em Nota 14, que incluem, também, juros capitalizados de empréstimos e financiamentos obtidos para permitir o referido investimento.

A determinação dos gastos que se qualificam como ativo intangível no contexto do contrato de concessão, incluindo os custos de empréstimos gerais e específicos atribuíveis à construção ou aquisição do ativo intangível, e a identificação da data correta do início da operação do ativo para o início de sua amortização, e conseqüente paralisação da capitalização de juros, requerem esforço da administração para garantir a existência, procedência e correto registro dos gastos atribuíveis ao intangível e sua correspondente amortização.

Em função dos aspectos acima mencionados e considerando a relevância dos valores envolvidos, esse tema permaneceu como uma área de foco em nossa auditoria neste exercício.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os procedimentos descritos a seguir.

Entendimento dos controles internos relevantes do processo de capitalização e controle dos gastos relacionados ao contrato de concessão, bem como dos sistemas relevantes de Tecnologia da Informação que suportam esses processos e controles.

Inspeção, com base em amostragem, de documentos que evidenciam os gastos com ampliação da rede, a fim de observar a correção dos valores e a correta classificação entre intangível (gastos que gerarão benefícios econômicos em anos subsequentes) e despesa.

Para os projetos em andamento, inspeção dos documentos de engenharia, em base amostral, que comprovam a data de início e, quando aplicável, de finalização do projeto.

Recálculo da capitalização de juros de empréstimos e financiamentos para a totalidade dos projetos em andamento elegíveis e de sua amortização, a partir da data de início de operação, identificando e reportando ajustes à administração, considerados não relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que os gastos incorridos estão suportados por documentos e dados da área de Engenharia que indicam a correção dos valores e de sua classificação, bem como que a capitalização de juros e a amortização são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras. As deficiências de controles internos identificadas foram reportadas à administração e aos órgãos de governança da Companhia.



Companhia Distribuidora de Gás do
Rio de Janeiro S.A. - CEG

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p data-bbox="263 504 861 571">Receita de venda de gás fornecida e não faturada (Nota 8)</p> <p data-bbox="263 593 861 1041">A Companhia utiliza como procedimento estimar o montante de venda de gás realizada nos últimos dias de cada mês, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No mês subsequente, essa estimativa é estornada e é então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição do gás vendido nos últimos dias do mês anterior até o dia da medição do mês em curso. Em 31 de dezembro de 2017, essa estimativa totalizou R\$ 243.688 mil e foi mensurada com base nas projeções de consumo do produto, calculado com base no volume consumido de cada cliente no último mês.</p> <p data-bbox="263 1064 861 1254">Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de gás envolve certo nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, esse assunto foi mantido como um assunto importante no processo de auditoria neste exercício.</p>	<p data-bbox="861 593 1471 705">Em relação à receita de gás contabilizada, fornecida e não faturada, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul data-bbox="861 728 1471 1500" style="list-style-type: none"><li data-bbox="861 728 1471 884">• Entendimento dos controles internos relevantes do processo de faturamento e contas a receber, bem como dos sistemas relevantes de Tecnologia da Informação que suportam esses processos e controles.<li data-bbox="861 907 1471 1254">• Recálculo da estimativa de receita de venda de gás fornecida e não faturada em dezembro de 2017, considerando: (i) a tarifa de venda de gás conforme o preço por segmento, (ii) dias estimados de consumo não faturado por cliente e (iii) comparação da estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente, identificando e reportando ajustes à administração, considerados não relevantes no contexto das demonstrações financeiras.<li data-bbox="861 1276 1471 1500">• Seleção, em base amostral, de receitas estimadas por cliente para inspeção do documento de última medição realizada no ano, com o objetivo de confirmar que a quantidade de dias estimados de consumo por cliente descritos acima é obtida a partir da data da última leitura no medidor de gás. <p data-bbox="861 1523 1471 1691">Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Provisão para benefícios a empregados (Nota 21)

A Companhia tem planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a empregados e ex-empregados, relativos a assistência médica e plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento dos processos relevantes estabelecidos pela administração para o cálculo das obrigações relacionadas aos benefícios a empregados.

Porque é um PAA

necessidade de considerar premissas e julgamentos para determinação dos valores.

Essa área permaneceu como foco em nossa auditoria, pois a determinação dos valores é sensível a uma série de premissas, tais como: tábuas de mortalidade, taxa de desconto, taxa de retorno esperado dos ativos, crescimentos salariais futuros, entre outros, que são sujeitas a estimativas e julgamentos e que podem trazer ajustes relevantes nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas atuários, entendemos e validamos, através de recálculos, os principais critérios empregados por empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela administração, para o cálculo das obrigações de benefícios a empregados e comparamos as principais premissas com as aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações.

Consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da avaliação atuarial e da provisão para benefícios pós-emprego são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras e que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas.

Recebíveis de postos de Gás Natural Veicular (GNV) (Notas 8 e 22)

A Companhia possui saldos a receber pela venda de gás a postos de combustíveis do tipo GNV, no montante de R\$ 34.484 mil, que se encontram, presentemente, em disputa judicial em decorrência de questionamento dos postos sobre o sistema de medição, cujo funcionamento foi referendado por peritos independentes. Parte do recebível, no montante de R\$ 1.649 mil, está depositada judicialmente e a outra parte poderá ser realizada por meio de execução de garantias no decorrer ou após a conclusão da disputa judicial, tendo os postos já sido intimados a depositarem o valor em disputa enquanto aguardam a conclusão de perícia.

A conclusão da Companhia de que não é necessária a constituição de provisão para *impairment* dos recebíveis envolveu a avaliação do valor justo das garantias e a confirmação da adequação do prognóstico de sucesso na disputa judicial com o auxílio de consultores externos contratados pela administração. Considerando que essa conclusão envolve julgamentos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

Inspeção documental, em base amostral, das faturas emitidas e, conforme aplicável, dos depósitos judiciais efetuados pelos postos de GNV.

Obtenção da confirmação dos assessores jurídicos da Companhia sobre o prognóstico da disputa judicial e análise do andamento processual e dos respectivos argumentos para definição do prognóstico.

Avaliação da mensuração apresentada pela administração do valor justo das garantias oferecidas, que consistem, substancialmente, em imóveis. Análise do contrato com os postos para confirmação da existência de garantias. Análise das certidões de ônus reais das garantias para confirmar que estão livres e desembaraçadas de ônus.

Consideramos que a conclusão da administração de que não há indícios, nesse momento, de que os ativos não serão recuperáveis, está suportada por documentação e análises.



Companhia Distribuidora de Gás do
Rio de Janeiro S.A. - CEG

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Companhia Distribuidora de Gás do
Rio de Janeiro S.A. - CEG

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



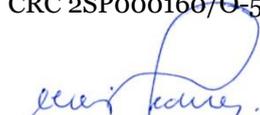
Companhia Distribuidora de Gás do
Rio de Janeiro S.A. - CEG

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2018


PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Sumário

1) Cenário Macroeconômico e Energético	3
2) Gas Natural Fenosa e empresas controladas no Brasil	4
3) Destaques e prêmios recebidos em 2017.....	5
4) Missão, Visão e Valores.....	6
5) Evolução da Atividade da Ceg	7
6) Atividade Comercial	7
7) Serviço a Clientes	11
8) Atividade Técnica e Operações	13
9) Gestão jurídica	16
10) Recursos Investidos	17
11) Sumário Financeiro	18
12) Remuneração aos acionistas	19
13) Financiamentos	20
14) Panorama Tributário.....	20
15) Responsabilidade Social Corporativa	20
16) Relacionamento com a Sociedade	22
17) Acionistas	23
18) Auditores Independentes	24
19) Conselho de Administração	24
20) Diretoria Estatutária.....	24

1) Cenário Macroeconômico e Energético

Em 2017 a economia deu os primeiros passos para superar a crise iniciada a partir do segundo semestre de 2014 que mergulhou o país numa grave recessão. Isso porque, embora baixo, o PIB apresentou um crescimento de 1% em 2017, representando um avanço após dois anos consecutivos de queda no crescimento da economia e indicando o fim da recessão. Observa-se uma retomada dos setores produtivos, mas ainda lenta, insuficiente para absorver as 13 milhões de pessoas que chegaram ao final do ano desempregadas. A taxa de desemprego média de 2017 medida pela PNAD Contínua do IBGE ficou em 12,7%. Maior índice da série histórica, iniciada em 2012.

O Governo adotou medidas pontuais visando aquecer a economia, como a *liberação do saldo de contas inativas do FGTS* de cerca de 30 milhões de brasileiros para incentivar o consumo e o *lançamento do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)*, mais conhecido como novo Refis, para pessoas jurídicas e físicas, visando a regularização de débitos com a Receita Federal.

Contudo, as reformas estruturais necessárias caminharam em ritmo lento. A Reforma Tributária não saiu do papel, limitando-se praticamente à adoção do teto para os gastos públicos federais aprovada em 2016. Mesmo com essa medida, o desequilíbrio nas contas públicas chegou a R\$ 159 bilhões em 2017. A Reforma Trabalhista foi aprovada, porém com menos alterações do que apontavam as expectativas e entrou em vigor somente em novembro de 2017, mas indica um avanço na contenção do desemprego. E a Reforma Previdenciária foi adiada para 2018, mas ainda impulsiona uma expectativa positiva para o equilíbrio dos gastos públicos.

Ainda assim, se observou a recuperação da confiança no país e o otimismo do mercado financeiro, que podem ser medidos pela valorização de 26% do Ibovespa no ano, que voltou ao patamar de 76 mil pontos. Esse resultado decorre da recuperação da produtividade da indústria e do agronegócio (com novos recordes de colheitas) e da expectativa sobre a aprovação da Reforma da Previdência (em 2018), além da expectativa sobre uma simplificação tributária prometida pelo Governo.

A taxa básica de juros foi reduzida para 7% no ano, o menor nível da história e, a inflação medida pelo IPCA fechou 2017 em 2,95%, muito abaixo do índice verificado em 2016 (6,29%), lembrando que em 2015 encerrou o ano em 10,67%. O Dólar fechou o ano com alta de 1,99%, a R\$ 3,314. Diversos fatores influenciaram a variação da cotação da moeda em 2017, entre eles três aumentos da taxa de juros nos Estados Unidos e a delação premiada de executivos da JBS em processos da Lava Jato, que abalaram a imagem do Governo Federal e chegaram a causar uma alta de 8,15%, sendo cotada a R\$ 3,389, valor máximo no ano.

A Crise enfrentada também pelos Governos estaduais – desde 2016, quando os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul decretaram estado de calamidade financeira – não foi superada. O Estado do Rio de Janeiro ingressou no Regime de Fiscal (RRF) lançado pelo Governo Federal, em meados de 2017, através da Lei Complementar 159/2017 regulamentada pelos Decretos 9.109/2017 e 9.112/2017. O plano implica no compromisso de o Estado iniciar reformas econômicas estruturantes e na adoção de medidas que permitam sua sustentabilidade financeira no longo prazo.

O socorro ao Estado do Rio de Janeiro permitiu ao Governo Estadual, gradativamente, começar a colocar as contas em dia, conseguindo ao menos reduzir os atrasos nas folhas de pagamentos dos servidores públicos somente ao final de 2017. Entre os compromissos assumidos com o Governo Federal para o recebimento da ajuda pelos próximos 03 anos, está a venda da CEDAE, aprovada pela ALERJ, e a reforma nas regras de aposentadoria do funcionalismo público, assuntos que foram acompanhados de manifestações populares contrárias à decisão.

No setor de óleo e gás, o ano de 2017 foi marcado pelo resultado da 14ª rodada de licitações de blocos do pós-sal em setembro de 2017, que resultou na assinatura de 32 contratos de concessão de exploração de petróleo e gás, com a arrecadação de R\$ 3,8 bilhões. Além disso, a Petrobras colocou em prática sua nova política de preços de combustíveis, pautada na flutuação da *commodity* e que vem resultando em consecutivos aumentos no mercado nacional, segundo o seu atual Presidente, Pedro Parente, necessários à saúde financeira da petroleira.

A cotação do barril do Petróleo se manteve estável ao longo de 2017, sem grandes flutuações, como observado no período compreendido entre o segundo semestre de 2014 a janeiro de 2016, quando caiu da casa dos US\$ 100,00 para a dos US\$ 30,00, recuperando-se somente ao final de 2016 quando chegou a ser cotado na casa de US\$ 50,00. Ao final de 2017, o Brent fechou cotado a US\$64,21 o barril, com pequeno aumento frente ao valor da cotação em dezembro de 2016 (US\$ 54,07).

A Petrobras deu continuidade aos programas internos implantados em 2016 visando a nova política de preços, a reestruturação de seu modelo de governança e plano de desinvestimentos até 2019 e, obteve alguns resultados positivos, a começar pela recuperação de sua imagem. As ações preferenciais (PETR4) que em janeiro de 2016 foram cotados ao menor valor histórico chegando a casa dos R\$ 5 e ao final de 2017 estavam cotadas a R\$ 16,10, no mês de fevereiro de 2018 já estava cotada na casa dos R\$ 20.

A produção média de Petróleo no país foi de 2,15 milhões de barris por dia (bpd), ou seja, 0,4% acima do resultado de 2016, volume recorde e que está de acordo com a meta estimada pela Petrobras. A produção de gás natural da Petrobras também atingiu volume recorde de 79,6 milhões de metros cúbicos por dia (Mm³/d). Na camada do pré-sal, a média anual da produção operada, que abrange a parcela da Petrobras e parceiros, somou 1,29 milhão de bpd, um avanço de 26% frente ao ano anterior.

O plano “Gás para Crescer” lançado pelo Governo em 2016, que visa a liberação dos mercados de gás introduzindo mudanças estruturais para viabilizar um maior investimento e participação privada em toda a cadeia (produção, comercialização, importação, transporte e distribuição) apresentou avanço com a criação de 08 subcomitês temáticos, em 2017, que compõem o Comitê Técnico para Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural (CT-GN). O Objetivo do CT-GN e seus subcomitês é propor medidas que garantam uma transição gradual para o setor, antes monopolizado pela Petrobrás, assim, tais órgãos devem avaliar propostas que envolvam alterações legais e regulatórias do setor.

De acordo com a Abegás, o volume de gás natural consumido no país experimentou um crescimento de 7,2% em comparação com 2016, sendo consumidos 65,85Mm³/dia no ano, frente ao total de 61,43 Mm³/dia no ano anterior. Todos os setores apresentaram incremento de consumo, o que demonstra a recuperação das atividades produtivas do país e da economia.

A indústria teve um crescimento de 3,28% no consumo nacional frente a 2016; o consumo de Gás Natural Veicular (GNV) apresentou aumento de 8,74% em 2017 consolidando sua curva de crescimento observada nos últimos 24 meses, impactado pelo aumento frequente dos valores dos demais combustíveis; no setor comercial o consumo teve uma alta de 5,73%; no residencial o desempenho mostra um incremento de 5,56%; na geração elétrica o aumento foi de 37,88% frente a 2016; na co-geração o incremento foi de 11,63% frente a 2016. Os destaques de crescimento de consumo da região Nordeste do país, segundo o levantamento da Abegás, foram nos segmentos automotivo (7,8%) e de geração elétrica (15,6%), este último impactado, ainda, pela nova redução dos níveis de reservatórios de água na região ao longo de 2017.

2) Gas Natural Fenosa e empresas controladas no Brasil

Presente em mais de 30 países e atendendo a mais de 23 milhões de clientes nos cinco continentes, a Gas Natural Fenosa é uma multinacional que conta com 22 milhões de pontos de fornecimento. Primeiro grupo de distribuição de gás natural na América Latina, a empresa, que tem sede na Espanha, baseia seu negócio nos mercados regulados e liberalizados de gás e eletricidade, com uma contribuição crescente da atividade internacional.

No Brasil, a Gas Natural Fenosa detém a concessão de três distribuidoras de gás: Ceg e Ceg Rio - que fornecem gás diariamente para residências, comércios, indústrias, postos de GNV e termelétricas instaladas no Estado do Rio de Janeiro - e a Gas Natural Fenosa em São Paulo, empresa que também fornece gás para o mercado convencional na região sul de São Paulo.

As três distribuidoras atendem juntas a mais de 1 milhão de clientes, acumulam investimentos de R\$ 6,73 bilhões e fecharam o ano de 2017 com vendas de 8,2 bilhões de metros cúbicos/ano. Todas atuam em ambiente regulado. No Rio de Janeiro, Ceg e Ceg Rio são fiscalizadas pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (AGENERSA) e, em São Paulo, a fiscalização é feita pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp).

Além das distribuidoras de gás no Brasil, as empresas Gas Natural Serviços, Gas Natural do Brasil e Gas Natural Fenosa Engineering Brasil integram o Grupo Gas Natural Fenosa.

Líder no setor energético, o grupo Gas Natural Fenosa está presente no índice Dow Jones Sustainability Index (DJSI) de forma ininterrupta nos últimos 13 anos. Essa posição, a qual somente um reduzido grupo de empresas tem acesso, significa que a empresa tem um excelente comportamento ambiental, social e ético.

3) Destaques e prêmios recebidos em 2017

O ano de 2017 foi de premiações, certificações e destaques importantes para a Companhia, indicados a seguir:

- **Prêmio Aberje de Comunicação.** A Ceg foi a grande vencedora do prêmio Aberje, principal premiação na área de Comunicação no Brasil. A Companhia foi campeã regional (Rio de Janeiro e Espírito Santo) na categoria Comunicação e Organização de Eventos, com o case “Ação Masterchef”, uma ação criada para ser a prova final da turma de alunos do projeto Energia do Sabor. Esse projeto permite a formação de chefes de cozinha, e é promovido pela Fundação Gas Natural em parceria com a universidade Unilasalle em Niterói - RJ.
- **Dois ouros para a Ceg no XVII Prêmio ABT.** A Ceg conquistou dois ouros no XVII Prêmio ABT (Associação Brasileira de Telesserviços): o primeiro na categoria Responsabilidade Social, com o case “100% Segurança e Saúde”. E o segundo na categoria Campanhas de Comunicação, com o case “Estratégia de Chef”. O primeiro, fala da campanha de comunicação que tem como objetivo consolidar uma cultura interna baseada em segurança e saúde, com tolerância zero para riscos. Já o segundo, mostra que a gastronomia passou a ser um dos pilares de divulgação da marca no Brasil, por meio de patrocínios, projetos sociais como o Energia do Sabor, vídeos de receitas e anúncios com chefs famosos.
- **Prêmio Ser Humano da ABRH 2017.** A Ceg foi a vencedora do Prêmio Ser Humano da ABRH (Associação Brasileira de Recursos Humanos), na categoria médias e grandes empresas, com o case “Universidade Estendida e o Desenvolvimento das Capacidades de seus Parceiros: Uma estratégia de Negócio”. A iniciativa tem por objetivo fornecer subsídios para que os colaboradores das empresas terceirizadas incorporem conhecimentos para entenderem as diretrizes da empresa e possam atendê-las.
- **Menos Gases de Efeito Estufa garantiu troféu à Companhia.** A Ceg recebeu o Prêmio FIRJAN de Ação Ambiental 2017 na categoria Gestão de Gases de Efeito Estufa (GEEs) e Eficiência Energética. A equipe de Prevenção e Meio Ambiente foi a vencedora com o case Programa Menos Gases de Efeito Estufa. O projeto permite identificar o impacto e monitorar as ações que visam à redução de emissões de gases de efeito estufa e é um importante passo rumo à agenda de sustentabilidade da GNF. Em sua quinta edição, o Prêmio FIRJAN de Ação Ambiental é uma iniciativa para difundir e destacar as ações bem-sucedidas em favor do desenvolvimento sustentável das empresas do Estado do Rio, com foco na proteção ambiental, no equilíbrio econômico e no bem-estar social.
- **Anuário Consumidor Moderno elege Ceg como uma das organizações que mais respeitam o cliente.** O anuário Consumidor Moderno, produzido pela consultoria Ponte Estratégica, mostra as empresas que mais respeitam o consumidor. Nessa relação, a Ceg é classificada em segundo lugar entre os fornecedores de gás encanado para uso residencial. Os principais drivers de respeito são: resolver suas necessidades, solicitações e/ou reclamações; ter produtos de boa qualidade e variedade de produtos, além de atendimento solícito. Mais que positiva, a inclusão da companhia em um ranking sobre o respeito ao consumidor mostra uma empresa conectada com as exigências e necessidades do mercado atual.
- **Projeto “Jurídico na Mediação” garante à Ceg o selo Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos.** A Ceg foi certificada com o selo Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos 2017, fornecido pelo Fórum de Departamentos Jurídicos (FDJUR), por seu projeto pioneiro “Jurídico na Mediação”. A iniciativa é fruto de um convênio entre a Ceg e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O principal objetivo do projeto é a disseminação dos benefícios da prática de mediação como solução pacífica de controvérsias. O selo Melhores Práticas mostra que a atuação da Diretoria Jurídica da Ceg está em linha com as mais modernas práticas de resolução consensual de conflito.

- **AENOR certifica empresas controladas pela GNF no Brasil como Empresas Saudáveis.** A Associação Espanhola de Normalização e Certificação (AENOR) estendeu a certificação de Empresa Saudável às empresas, situadas no Brasil, controladas pelo grupo Gas Natural Fenosa. O reconhecimento foi certificado depois da adoção de uma nova política integral de proteção e promoção da saúde e do bem-estar em todos os seus processos com distintas atuações e benefícios sociais para os funcionários. O grupo GNF está estendendo essa nova forma de gestão, pioneira no mundo, às empresas dos países onde está presente.
- **Colocação entre as 500 “Maiores e Melhores” empresas do país.** No ranking publicado em 2017 na tradicional edição especial da Revista Exame, referente ao exercício de 2017, a Ceg está na 192ª posição entre as 500 maiores empresas do país, em vendas líquidas.
- **Ceg está entre as maiores empresas do Brasil.** A Ceg também está colocada na 176ª posição do ranking das 1000 maiores empresas do Brasil. O ranking é uma tradicional publicação do jornal Valor Econômico.
- **O grupo GNF está presente no ranking Valor Grandes Grupos no Brasil.** Outra publicação do jornal Valor Econômico, o anuário Valor Grandes Grupos, classifica na 106ª posição o grupo Gas Natural Fenosa, controlador e operador técnico da Ceg. A edição faz um detalhamento das empresas que compõem o grupo da Espanha até o Brasil. A inclusão do grupo em um ranking como o do “Valor Econômico” ratifica o peso das empresas na economia nacional.
- **Grupo GNF é o único no mundo a receber selo global de Empresa Familiarmente Responsável.** O grupo Gas Natural Fenosa é, neste momento, o único no mundo a exibir o certificado EFR Global. A renovação representa o apoio às políticas implantadas em matéria de desenvolvimento humano e social, coloca o grupo GNF como referência de uma cultura sócio-trabalhista e empresarial, baseada no respeito e no compromisso mútuos. A relevância especial do certificado concedido pela Fundação Másfamilia está na verificação exterior feita pela consultora AENOR, que atua como auditor independente. Obtido inicialmente em 2013, o certificado é outorgado conforme a norma EFR 1000-23, que impulsiona a adoção e gestão de quaisquer medidas tomadas nas diferentes áreas e territórios, relativamente aos indivíduos de uma organização.
- O **Grupo GNF** foi também reconhecido em distintos rankings e prêmios, como o Dow Jones Sustainability Index, o Anuário de Sustentabilidade RobecoSAM.

4) Missão, Visão e Valores

A Missão da Companhia é atender às necessidades energéticas da sociedade, proporcionando aos nossos clientes serviços e produtos de qualidade respeitosos com o meio ambiente, aos nossos acionistas uma rentabilidade crescente e sustentável e aos nossos empregados a possibilidade de desenvolver suas competências profissionais.

A Visão é ser um grupo energético e de serviços líder e em contínuo crescimento, com presença multinacional, que se distingue por proporcionar uma qualidade de serviço excelente aos seus clientes, uma rentabilidade sustentável aos seus acionistas, uma ampliação das oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal aos nossos empregados e uma contribuição positiva à sociedade, atuando com um compromisso de cidadania global.

Os Valores que guiam a forma de agir da Companhia são:

- **Orientação ao cliente:** Dedicamos os nossos esforços a conhecer e satisfazer as necessidades de nossos clientes. Queremos proporcionar-lhes um serviço excelente e ser capazes de dar-lhes uma resposta imediata e eficaz.

- **Compromisso com os resultados:** Elaboramos planos, fixamos objetivos coletivos e individuais e tomamos decisões em função de seu impacto na consecução dos objetivos de nossa Visão, assegurando o cumprimento dos compromissos adquiridos.
- **Sustentabilidade:** Desenvolvemos nossos negócios com um horizonte estratégico que transcende os interesses econômicos imediatos, contribuindo para o desenvolvimento econômico, meio ambiental e social, tanto a curto como a longo prazo.
- **Interesse pelas pessoas:** Promovemos um entorno de trabalho respeitoso com os nossos empregados, colaborando para sua formação e desenvolvimento profissional. Propiciamos a diversidade de opiniões, perspectivas, culturas, idades e gêneros no seio de nossas organizações.
- **Responsabilidade Social:** Aceitamos nossa responsabilidade social corporativa, proporcionando à sociedade nossos conhecimentos, capacidade de gestão e criatividade. Dedicamos parte dos nossos lucros à ação social, mantendo o diálogo permanente com a sociedade para conhecer suas necessidades e conseguir sua satisfação, de tal forma que incremente a credibilidade e o prestígio do nosso grupo.
- **Integridade:** Todas as pessoas do grupo devem se comportar com honestidade, retidão, dignidade e ética, contribuindo assim para o aumento da confiança da sociedade na nossa empresa. A Direção do grupo agirá com transparência e responsabilidade ante todas as partes interessadas.

5) Evolução da Atividade da Ceg

Clientes captados no ano: As altas por gestão comercial acumuladas totalizaram 45.172 clientes, sendo 44.180 clientes residenciais, 972 comerciais, 7 industriais e 13 postos de GNV. Em 2017, as captações foram 13% inferiores ao mesmo período de 2016. O resultado obtido é traduzido pelo número do incremento líquido de clientes (altas menos baixas), que no período correspondeu a 32.989, número 2% inferior se comparado ao ano anterior. Este indicador – Clientes captados no ano – aponta o esforço da gestão comercial da Companhia na sua atuação para captar novos clientes. Isso demonstra que a Ceg vem atuando para ampliar o fornecimento de gás natural na sua área de concessão, visando atender a cada vez mais pessoas, que se beneficiam desse serviço, e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado com o fornecimento de insumo para comércio e indústria.

Total de clientes: O número total de clientes da Ceg ao final de 2017 somou 940.298, havendo um aumento de 3,64% com relação a 2016, quando a Companhia encerrou o ano com 907.309 clientes. Desta forma, a Companhia manteve o seu ritmo de crescimento. A diversificação de seus mercados e os constantes investimentos na captação de novos clientes garantem à Ceg melhores condições de suportar crises que afetem mais diretamente a um determinado segmento.

Vendas: As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 13.072 Mil m³/dia, apresentando um aumento significativo de 23,42%, frente a 2016, quando somaram 10.591,9 Mil m³/dia. As vendas de gás para o mercado convencional apresentaram um aumento de 6,58% com relação a 2016, puxado principalmente pelas vendas de GNV. Mas o resultado positivo das vendas decorreu principalmente do aumento de 33,88% nas vendas para a Geração Elétrica.

Investimentos: Foram investidos R\$ 274.318 mil em 2017, frente a R\$ 257.037 mil investidos no ano anterior, ou seja, um aumento de 6,72%. A maior parte dos investimentos, no montante de R\$ 122.315 mil, foi direcionada para Conversão e Renovação de Redes, representando 45% do total. Os investimentos em Expansão de Redes representaram 40% do total, somando R\$ 109.440mil. A estratégia da Companhia tem em conta a captação de clientes não só através da expansão da rede para novas localidades, mas também nas zonas já consolidadas, onde já possui clientes, e pode ampliar a prestação do serviço de distribuição de gás natural canalizado.

6) Atividade Comercial

Atualmente a Ceg realiza sua atividade de distribuição de gás natural em 17 municípios com rede de gás natural canalizado e em 02 municípios com GNC, na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, atendendo aos mercados residencial, comercial (que inclui pequenos e grandes comércios); Industrial, Postos de Gasolina com o Gas Natural Veicular (GNV) e às Termelétricas.

São eles: Belford Roxo; Duque de Caxias; Guapimirim; Itaboraí, Itaguaí; Magé; Mesquita; Nilópolis; Niterói; Nova Iguaçu; Paracambi; Queimados; Rio de Janeiro; São Gonçalo; São João de Meriti, Seropédica e Japerí.

Na área de concessão da Ceg, desde o final de 2016, o município de Maricá e, a partir de 2017, também Mangaratiba, são abastecidos pelo sistema de Gás Natural Comprimido (GNC).

Municípios atendidos	2016
Com rede de gás canalizado	17
Com GNC	2
Total	19

Em todos esses municípios, a Ceg atingiu em 2017 o total de 940.298 clientes, o que representou um aumento de 3,64% em comparação com o exercício anterior, quando o total de clientes era de 907.309. Assim, a Companhia chegou ao final do exercício de 2017 com **32.989 novos usuários** em toda a sua área de concessão, mantendo seu ritmo de crescimento frente ao ano anterior quando o incremento líquido de clientes também foi na grandeza de 30 mil novos clientes.

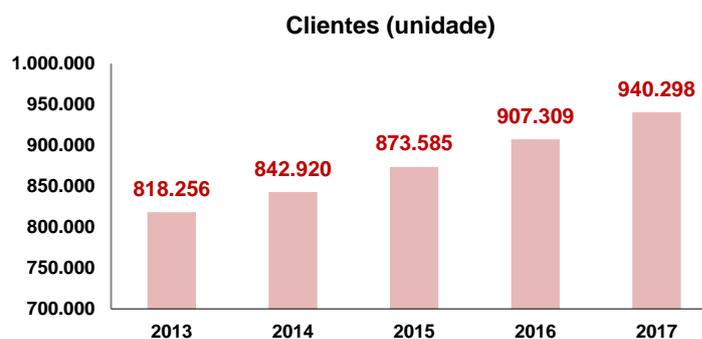
O aumento líquido do número de clientes se deu em maior parte no **segmento residencial**, com um total de 32.504 novos clientes, seguido pelo **segmento comercial** que passou a atender a mais 481 clientes em 2017. No ano, também se observou um acréscimo significativo de **postos de GNV**, num total de 9 novos postos abastecidos, frente a uma média de 2,8 novos postos por ano nos últimos 05 anos.

Na comparação com 2016, o **mercado industrial** perdeu 05 clientes em 2017, ainda em reflexo da crise econômica enfrentada desde 2015 e que vem apresentando gradativa recuperação. Em 2015 a redução do número de clientes industriais chegou a 14.

Esses números são o resultado dos investimentos nas captações de novos clientes tanto nas áreas já consolidadas, onde a companhia já possui rede de gás natural canalizado, como através da expansão de sua rede, além do benefício gerado por uma tarifa mais competitiva a partir de janeiro de 2014.

Número de Clientes	2017	2016	Varição%
Residencial	927.149	894.645	3,63
Comercial	12.387	11.906	4,04
Industrial	300	305	-1,64
Geração Elétrica	3	3	0
GNV	459	450	2,00
Total	940.298	907.309	3,64

Evolução do número de clientes nos últimos 05 anos



Vendas de gás

As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 13.072 Mil m³/dia, apresentando um aumento significativo de 23,42%, frente a 2016, quando somaram 10.591,9 Mil m³/dia. Este resultado positivo decorreu principalmente das vendas para a geração elétrica, que apresentou forte recuperação frente ao ano anterior (33,88%), e ainda, pelo aumento das vendas para o segmento GNV (11,82%), que impactou positivamente as vendas do mercado convencional em 2017.

Vendas convencionais

As vendas para o **segmento industrial**, apesar da redução no número de clientes, apresentaram recuperação frente a 2016, e tiveram uma alta de 3,13%, após dois anos consecutivos de queda. Dos dez principais setores atendidos neste segmento na área de concessão da Ceg – os setores têxtil, de bebidas, farmacêutico e principalmente de fundição e siderurgia – apresentaram aumento do consumo de gás natural.

O **segmento residencial** apresentou um incremento de 1,24% nas vendas frente a 2016, resultado principalmente do aumento do número de clientes residenciais no ano (3,63%) em relação ao ano anterior, além de uma tarifa mais competitiva a partir de 2014 favorecida, ainda, pelo aumento do preço do botijão de gás.

As vendas totais para o **comércio** sofreram uma redução de -14,14% frente a 2016, por impacto das vendas para os grandes clientes comerciais que representam 43% desse mercado, observando-se a migração de alguns grandes clientes de cogeração para o mercado livre.

Destaque para as vendas do **segmento GNV** que em 2017 apresentou um aumento expressivo de 11,82% frente a 2016, impactando positivamente o resultado das vendas do mercado convencional no ano. Vale destacar que de 2013 a 2015 as vendas para este segmento sofreram constantes reduções e o crescimento foi retomado somente em 2016, quando já apresentou um aumento de 4,23% frente a 2015. Além de uma tarifa mais competitiva a partir de 2014, o frequente aumento dos demais combustíveis favoreceram este resultado. Contudo, além disso, nos últimos 05 anos (de 2013 a 2017) a Ceg conseguiu ampliar a oferta de GNV na sua área de concessão passando a abastecer 14 novos postos nesse período. Atualmente são abastecidos 459 postos de GNV na região metropolitana do Rio de Janeiro, pela Ceg. E por fim, o sucesso do esforço da Companhia no combate à fraude em postos de GNV também favoreceu este resultado.

Vendas para Geração Elétrica

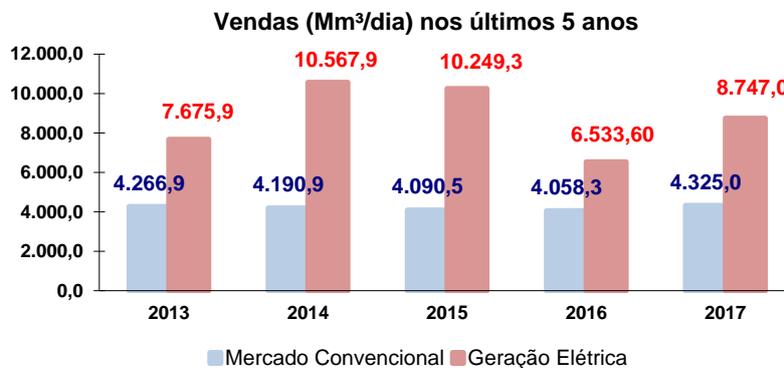
Em 2017, as vendas de gás e de acesso de terceiros à rede (ATR) para as termelétricas do Rio de Janeiro, situadas na área de concessão da Ceg, registraram um aumento de 33,88% em comparação com o ano anterior. O despacho das térmicas no período correspondeu a 8.747,00 Mil m³/dia, quando em 2016 foi de cerca de 6.533,60 Mil m³/dia.

Entre 2015 e 2016, com a desaceleração da economia e a redução da atividade industrial, o consumo de energia elétrica do país sofreu uma redução gerando um excedente de energia elétrica e resultando no desligamento das termelétricas com maiores custos de geração, impactando as vendas da Companhia. Esse cenário econômico desfavorável começou a apresentar recuperação em 2017. Assim, tendo em conta a combinação de dois aspectos – a *incipiente retomada da atividade industrial*, que demandou maior consumo de energia elétrica no país, retornando ao acionamento das usinas termelétricas a gás; e associado a isso, a *redução dos níveis de água nos reservatórios do Sudeste*, que também levaram à necessidade de acionamento das termelétricas a gás – verificou-se a recuperação das vendas da Companhia para geração elétrica.

Vendas (mil m ³ /dia)	2017	2016	Varição %
Residencial	317,60	313,70	1,24
Comercial	217,40	253,20	-14,14
Industrial	1.349,40	1.308,50	3,13
Postos de GNV	2.440,90	2.182,90	11,82
Total do mercado convencional	4.325,30	4.058,30	6,58
Geração Elétrica + ATR*	8.747,00	6.533,60	33,88
Total	17.397,60	10.591,90	64,25

*ATR – Acesso de Terceiros a rede

Evolução do volume de vendas nos últimos 5 anos



Contratos de fornecimento de gás – Mercado Convencional

Face ao início de recuperação do mercado, em 01 de junho de 2017 foi firmado o aditivo nº 12 ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, com prazo de vigência até 31/12/2021, visando aumentar as Quantidades Diárias Contratuais – QDC para alinhar as retiradas de gás junto aos compromissos contratuais.

Revisão de Tarifas para o Quinquênio 2013-2017

As tarifas de gás canalizado vigentes para o quinquênio de 2013-2017 começaram a ser aplicadas em 01 de janeiro de 2014, através da publicação da Deliberação AGENERSA nº 1.881. Em 5 de maio de 2014 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 2.035 de 28 de abril de 2014, concluindo o Processo Regulatório da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária. Nesta última etapa, foram julgados os recursos interpostos pela Concessionária. A Revisão Tarifária do Quinquênio 2013-2017, aprovada pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) apresenta uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757% e o plano de investimentos proposto pela Concessionária, além de aprovar o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Companhia e estabelecer uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio 2008-2012. Como resultado para o quinquênio vigente, as margens da Concessionária sofrem uma redução -1,99% e uma redução adicional, pelo fator de retroatividade, aplicado às margens de 2014 a 2017, de -3,60%.

Em 01 de dezembro de 2014, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que permitiu que a Concessionária atenda suas redes locais a partir de gasodutos virtuais, através de Gás Natural Comprimido (GNC) ou Gás Natural Liquefeito (GNL), desobrigando a mesma da construção de gasodutos físicos para ligação da malha de distribuição à rede local. Dessa forma, o Termo Aditivo permitiu a substituição da construção de gasodutos físicos para atendimento aos municípios de Mangaratiba e Maricá, através de GNC ou GNL.

No segundo semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta da 4ª revisão quinquenal de tarifas (2018-2022), conforme determina a Cláusula Sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Ao final de 2017, AGENERSA solicitou informações adicionais, as quais foram prestadas pela Companhia. Diante de tal solicitação, conforme estabelecido no §13º da mencionada Cláusula Sétima, o prazo para análise do processo foi suspenso. Visando obter a aprovação de sua proposta com a maior brevidade possível, a Companhia vem atendendo às solicitações apresentadas pela agência reguladora.

7) Serviço a Clientes

Busca constante pela excelência no atendimento

Para a Ceg, a qualidade na prestação do serviço e a satisfação do cliente estão no foco de sua atuação e são objetivos importantes. Por isso a Companhia implantou novos projetos e ações que geraram resultados positivos e consolidaram ainda mais a imagem de excelência no atendimento ao cliente, durante o ano de 2017.

Algumas ações operativas desenvolvidas e implantadas para melhorar na qualidade do atendimento telefônico foram intensificadas, tal como **projeto Cex**, que normatiza e padroniza a forma de atendimento tendo como ponto focal o cliente.

Além disso, a **agência virtual** foi remodelada incluindo-se um botão de pagamento, que possibilitará que o pagamento das faturas seja realizado dentro do site da Companhia. Também foi implantada a **automatização dos formulários do site**, gerando redução de contatos e melhora do fluxo de informações entre as áreas. A **célula de variação de consumo**, onde a empresa selecionou e capacitou um grupo de atendentes específicos para lidar com as reclamações e forma ágil e transparente, continuou em destaque em 2017.

E ainda, está em desenvolvimento uma ferramenta de pesquisa denominada *speech Analytics*, que possibilita a seleção das chamadas com palavras específicas. O objetivo é o refinamento no atendimento e antecipação de reclamações, visando uma melhor experiência com o cliente.

O **Projeto Fórum de Escuta** teve um aumento na quantidade de ligações monitoradas em 2017. Neste projeto que funciona desde 2012, comitês quinzenais formados por colaboradores das áreas Operativas da Companhia analisam os atendimentos do *Call Center* e propõem ações de melhorias de processos. A partir dessa análise os comitês identificam mudanças que devem ser realizadas para que a experiência do cliente com a empresa seja mais positiva.

A Companhia continua apostando na diversidade de canais de contato com o público, estabelecendo um diálogo mais próximo dos clientes, através das páginas oficiais no *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *YouTube*.

Desde 2014, através do site da Companhia, a **Agência Virtual** proporciona mais agilidade e segurança, com diversos serviços e facilidades *online* para os clientes. Em dezembro de 2015 a Companhia já contava com mais de 189 mil clientes cadastrados. Foram registrados cerca de 2 milhões de acessos a esse canal, desde sua criação.

Foi implantada a opção de chamada para o *Call center* por celular, gerando mais comodidade para os clientes, além da manutenção do serviço de atendimento aos portadores de necessidades especiais e o recebimento de **faturas em braile**, para clientes portadores de deficiências visuais. Continuamos com o projeto da **Conta Inteligente**, por meio do qual o cliente passou a ter a possibilidade de receber a fatura por e-mail, investindo em sustentabilidade e garantindo facilidade. Em 2017 mais de 75 mil clientes aderiram à conta inteligente.

O sistema de **atendimento móvel** seguiu viabilizando a prestação de serviços presenciais a clientes residenciais localizados em municípios que não dispõem de agências. O serviço é oferecido pelo menos uma vez por mês, funcionando de 9h às 16h. A divulgação da localização e das datas do atendimento é feita no site da Gas Natural Fenosa e na mídia. A Agência Móvel realiza serviços como emissão de segunda via de conta, troca de titularidade, inclusão de débito automático, pedido de instalação de gás, emissão de nada consta, recebimento de reclamações, recebimento de documentos, pedido de fornecimento de gás para pessoa jurídica, entre outros.

Além disso, foi retomado o **Projeto Cidadão Natural**, que tem como objetivo aproximar a Companhia dos clientes de condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida, através de visitas periódicas, levando informações sobre tarifas, consumo consciente do gás, faturas de fornecimento, além da oportunidade de negociação de dívidas de forma diferenciada, sempre com o foco no perfil desses clientes.

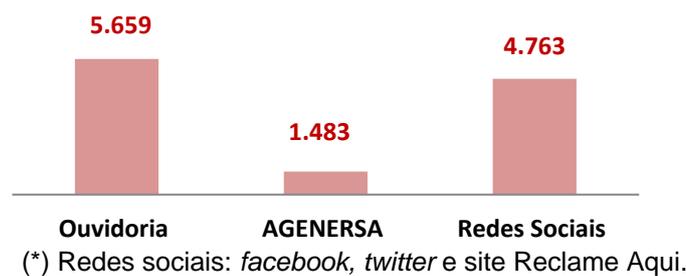
No segundo ano do convênio com o órgão Disque Denúncia, firmado em 2016, a Companhia mantém o objetivo de estabelecer mais um canal com o cliente, evitar irregularidades e por consequência o risco com a falta de segurança, comprometendo os demais clientes.

Por meio do **Projeto Diálogo Aberto**, a empresa continuou fortalecendo sua parceria com as instituições de amparo e defesa do consumidor e melhorou os prazos de atendimentos, participando de eventos realizados pelo Procon Carioca (Municipal), Procon Estadual e o do Jornal Extra. Este canal foi ampliado com a implantação da plataforma *consumidor.gov*.

Ao longo de 2017, foi realizada uma **gestão eficiente das baixas de clientes**, por meio de diversas ações de retenção de clientes, tais como: *a unificação da empresa de cobrança* para garantir maior visibilidade e comprometimento aos gestores de cobrança, tratando os atendimentos de retenção de baixa de forma diferenciada; *o treinamento com foco na retenção de cliente*, buscando a forma mais eficaz de se comunicar considerando as características de cada cliente e; *o relacionamento com imobiliárias*. Assim, foi incrementado o número de retenções no ano (14.811), ou seja, um aumento de 72% se comparado com o resultado de 2016 (8.589), colaborando para o incremento líquido da base de clientes no ano.

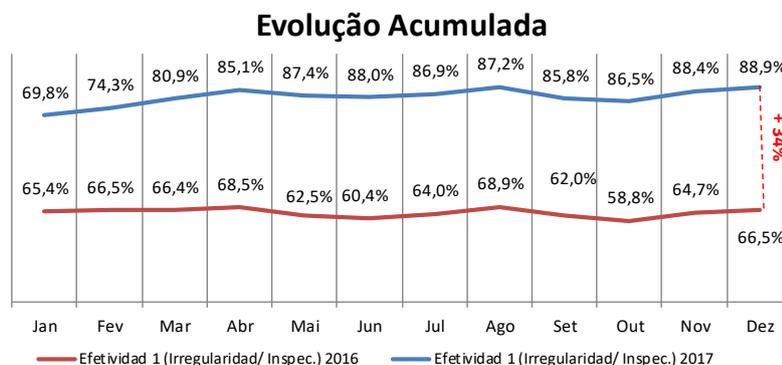
A Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente atendeu, em 2017, 11.905 clientes, por meio da sua Ouvidoria, redes sociais e através da AGENERSA, atingindo 100% dos indicadores da Qualidade relacionados aos prazos de resposta da Ouvidoria e da AGENERSA. Com relação aos atendimentos via rede social, houve um aumento de 15%.

Atendimentos realizados



Ainda com foco na segurança do serviço prestado e na regularização do consumo dos clientes, a Companhia intensificou as atividades para detecção de anomalias e irregularidades substituindo 35.003 medidores obsoletos no **Projeto Parque de Medidores** e 14.395 medidores pelas campanhas realizadas pelo Controle de Regularização de Clientes – CRC. Esses serviços visam garantir a capacidade metrológica do equipamento para que o consumo apurado seja justo para o cliente e para a empresa.

Em 2017 foi implantado o **Projeto de Aviso de Leiturista**, onde são validadas todas as fotos de campo e é feita uma verificação antes de realizar uma inspeção no local. Com isso a Companhia conseguiu reduzir a quantidade de visitas improdutivas e passou a inspecionar somente clientes efetivamente com irregularidades.



Outro fator importante foi à instalação de 10 caixas blindada nos medidores dos principais clientes de GNV, que apresentam o maior número de irregularidades históricas. Este procedimento garantiu à Companhia a recuperação de 442,8 m³ de gás em apenas dois meses de implantação.

Com o sistema de leitura SCMRESCOM, implantado em 2016, para o mercado doméstico comercial, todos os serviços que eram executados por papel, passaram a ser executados por *tablet*. Essa melhoria trouxe eficiência e controle dos serviços realizados

8) Atividade Técnica e Operações

Em 2017 foram executadas importantes ações técnicas que ampliaram e otimizaram o fornecimento de gás na região metropolitana do Rio de Janeiro, área de concessão da Ceg.

Em setembro de 2017, foi iniciado o abastecimento de gás natural canalizado no município de Mangaratiba e, em outubro, foi iniciado o abastecimento no município de Japeri.

Em 2017, dando seguimento ao projeto de gaseificação do município de Japeri, foram assentados 1,7 km de rede de média pressão (PE) de gás natural, visando o abastecimento de indústrias e postos de GNV do município.

Dando prosseguimento ao programa de renovação de redes antigas da cidade, foram assentados 46.102 metros de canalizações e 1.763 ramais.

Período	Renovação Rede Assentada (metros)	Aplicação de líquido selante (metros)	Substituição de ramal completo (Nº de ramais)
2017	46.102	0	1.763
2016	38.068	0	1.552

De 1997 a 2017, a Companhia modernizou cerca de 1.134 km da rede. Parte dessa renovação - 990 km - foi feita por meio da substituição de dutos e 144 km através de aplicação de líquido selante.

Período	Renovação Rede Assentada (metros)	Aplicação de líquido selante (metros)	Substituição de ramal completo (Nº de ramais)
1997 a 2017	990.391	144.000	40.822

Neste trabalho, a segurança foi um objetivo prioritário na linha de atuação da Ceg. A Companhia manteve as valorações dos índices de segurança em *muito positivas*, medidas de acordo com as mais eficientes referências internacionais, e dentro dos objetivos fixados no início do ano pelo Grupo Gas Natural Fenosa.

A rede de distribuição de gás do Rio de Janeiro, que já foi modernizada, está dentro de padrões internacionais de segurança e de confiabilidade. Parte dos investimentos realizados em renovação das redes de gás canalizado foi aplicada na modernização e renovação de estações de regulação e medição, nas quais não há histórico de acidentes. Todas são novas, blindadas, ventiladas, mapeadas e monitoradas pelo centro de controle da Companhia.

A Ceg possui ainda um sistema de detecção preventiva que inspeciona constantemente a rede de distribuição de gás da cidade. Através desse programa, define seu cronograma de manutenções e renovações.

Meio Ambiente e Segurança

Alinhada às diretrizes e Política de Responsabilidade Corporativa do seu controlador – o grupo Gas Natural Fenosa – a Ceg implantou, certificou e mantém desde 2012 um Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com a ISO 14001:2004, visando atender ao compromisso de desenvolver suas atividades com foco na preservação ambiental e na utilização eficiente dos recursos naturais. A partir de 2014 essa certificação foi ampliada para todas as atividades da Companhia.

Gestão responsável do meio ambiente. A Companhia atua com os diferentes grupos de relacionamento, além de seus fornecedores, incentivando o uso responsável da energia, visando a proteção do meio ambiente e o uso eficiente dos recursos naturais. Assim, possui os seguintes compromissos:

- Contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio da eco-eficiência com o uso racional dos recursos naturais e energéticos; a minimização do impacto ambiental; o incentivo à inovação e o uso das melhores técnicas e processos disponíveis;
- Contribuir para a atenuação e adaptação da mudança climática por meio de baixas energias em carbono e renováveis; da promoção de economia e eficiência energética e adoção de novas tecnologias;
- Integrar critérios ambientais nos processos de negócio e na seleção e avaliação de prestadores de serviços;
- Minimizar os efeitos adversos da sua atuação sobre o ecossistema e incentivar a conservação da biodiversidade;
- Promover o uso eficiente e responsável da água;
- Garantir a prevenção de contaminação mediante a melhoria continuada, o emprego das melhores técnicas disponíveis, o controle e a minimização dos riscos ambientais.

Propagação de conhecimento. A Companhia realizou treinamentos e ações de conscientização e segurança no ambiente de trabalho envolvendo seus colaboradores próprios e prestadores de serviços terceirizados, atingindo a um total de 455 pessoas impactadas, de 07 empresas.

- Aspectos e Impactos: Treinamento sobre a identificação, atualização e o controle dos Aspectos e Impactos Ambientais de cada área da Companhia e, como é definida a sua significância e a importância dessas informações na manutenção do Sistema de Gestão Ambiental;
- Resíduos Sólidos, Efluentes e Produtos Químicos: Treinamento sobre gerenciamento de resíduos, efluentes e produtos químicos, atendendo aos requisitos legais vigentes e às normativas internas do grupo controlador da Companhia;
- Itinerário de Saúde e Segurança: Projeto destinado aos prestadores de serviços terceirizados com o objetivo de conscientizar a respeito da relação com o meio ambiente, consumo consciente dos recursos naturais, apresentar requisitos legais e internos que devem ser atendidos ao longo da execução dos serviços.

Inspecções ambientais visando identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria nas unidades da Companhia e de seus prestadores de serviços terceirizados na área de renovação de rede e emergência. Essa é uma forma de verificar se as atividades e processos estão em conformidade com a legislação vigente e com as normas internas do grupo controlador da Ceg. Em 2017, foram realizadas 17 inspecções na CEG e contratadas que prestam serviço para a CEG, em cumprimento aos requisitos do Sistema Integrado de Gestão e em linha com a Política de Responsabilidade Corporativa da Gás Natural Fenosa.

Neutralizações de emissão de Carbono: Para a Ceg a preocupação com suas emissões atmosféricas deve ultrapassar a esfera de seu processo produtivo e administrativo. Por isso, busca ir além da demanda de captação de carbono de suas atividades operacionais, neutralizando as emissões de carbono geradas por eventos externos voltados para os colaboradores. A iniciativa de compensação ambiental é voluntária. A Companhia aderiu ao Programa em 2013, neutralizando as emissões da frota, dos centros de trabalho e de viagens corporativas. Em 2017 foram neutralizados 22.400 kg de CO₂ referentes aos seguintes eventos externos: Circuito das Estações (etapas Outono, Inverno, Primavera, Verão), VII Encontro Diretivos Brasil, III Fórum Ambiental, Caminhada Ecológica e confraternizações de final de ano. Os números equivalem à absorção de carbono de 160 árvores aos 20 anos de idade.

Fórum Ambiental. Desde 2015, a Ceg promove anualmente o *Fórum Ambiental* com objetivo de conscientizar os colaboradores e difundir as práticas ambientais que estão sendo desenvolvidas pelo seu grupo controlador. O tema abordado no III Fórum Ambiental foi a Economia Circular, que contou com a participação também de palestrantes da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). A Ceg enxerga o tema como forma ideal para desenvolver o desempenho ambiental de seus processos de produção em termos de novos produtos sustentáveis, consumo eficiente de matérias-primas e redução na geração de resíduos, promovendo sua transformação em subprodutos. A área de meio ambiente da Companhia frisou a importância de iniciar uma mudança de cultura na sociedade, sair da zona de conforto repensando atitudes e incentivando que outros façam o mesmo.

Campanhas visando alertar os colaboradores sobre os problemas atuais que envolvem o meio ambiente, conscientizá-los quanto ao consumo consciente de recursos naturais e sobre as práticas ambientais internas adotadas pelo grupo controlador da Ceg. Foram publicadas 24 matérias na Newsletter da Companhia sobre assuntos de interesse ambiental, além de:

- **Economia de energia e de papel.** Parametrização dos computadores para acionamento *stand by* quando não estiverem em uso; instalação de avisos em interruptores recordando sobre a necessidade de apagar as luzes ao sair dos ambientes; e divulgação de avisos, comunicados e colocação de informes sobre o uso consciente nas áreas de impressão, visando reduzir o gasto de papel. Além disso, foi realizada a parametrização das impressoras para impressão frente-verso e limitação da impressão em cores;
- **Descarte de eletrônicos.** Foram reciclados 13.940 kg de computadores desativados;
- **Economia de água.** Utilização de mecanismos de economia de água nos sanitários e pias nas unidades da Companhia e colocação de avisos sobre a melhor forma de utilização. Foi realizado um concurso com entrega de prêmio para os colaboradores que enviassem uma ação de economia de água realizada em casa. O objetivo dessa campanha foi incentivar as práticas realizadas pelos colaboradores e divulgar a Eco lavagem de veículos (prêmio sorteado entre os participantes).
- **Ações de comunicação e sustentabilidade.** Divulgação de comunicados, avisos e newsletters, através de e-mail, visando: divulgar os resultados da gestão ambiental; sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente incentivando o uso de caneca e evitando a utilização de copos descartáveis; dicas sobre meio ambiente e consumo sustentável; informar sobre as vantagens do GNV, que é opção de combustível menos poluente, incentivando o seu uso; incentivo à troca de livros entre colaboradores disponibilizando caixas de trocas e visando o estímulo à reciclagem e fomento a prática da leitura;
- **Reflorestamento.** Plantio de 60 mudas de árvores nativas da Mata Atlântica em homenagem a cada participante presente no II Fórum Ambiental – Sustentabilidade e Mudança Climática, realizado em 2016. O plantio foi realizado em associação com a empresa Ecaplan e a ONG Onda Verde no Município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro;
- **Plantio e Caminhada ecológica** com a participação de 60 colaboradores e seus familiares, a Companhia realizou o plantio de 80 mudas de espécies nativas no Parque Municipal da Catacumba no Rio de Janeiro em 26/11/2017.

A **segurança** continua sendo uma prioridade na atuação da Companhia que mantém os projetos voltados à cultura de segurança tanto para seus colaboradores, quanto para as empresas parceiras.

- **Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde:** A Companhia deu continuidade ao *Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde*, com um enfoque, baseado nos comportamentos individuais seguros e, na identificação e antecipação de situações de risco para os próprios colaboradores. O plano visa assegurar a filosofia incorporada pela Companhia segundo a qual a segurança é uma prioridade e atos inseguros no ambiente da empresa não devem ser tolerados.
- **A cultura preventiva, também na cadeia de valor:** A importância do trabalho realizado pelas empresas prestadoras de serviço exige que a Companhia possa estender para elas a mesma cultura de prevenção com a qual desenvolve as suas próprias atividades. A extensão dessa cultura se baseia no acompanhamento do desempenho das empresas colaboradoras. Assim, a Ceg procura acompanhar eventuais acidentes que possam ocorrer com os colaboradores das empresas prestadoras de serviços, e para isso, realiza o monitoramento de acidentes. Além disso, a Ceg exige que as empresas colaboradoras certifiquem que seu pessoal próprio tenha recebido formação específica em segurança e prevenção de riscos na a execução dos serviços que serão prestados. Eventualmente a Ceg também realiza atividades visando este tipo de formação.

- **Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT:** No início do mês de novembro de 2017 foi realizada a semana interna de prevenção de acidentes de trabalho alertando para a importância da prevenção aos colaboradores da Companhia. O destaque do evento foi uma palestra motivacional sobre segurança no trânsito, uso de cinto de segurança e riscos do uso de aparelhos de celulares ao dirigir.

Em 2017, a segurança continuou sendo uma prioridade na atuação da Companhia. Os indicadores de acidentabilidade estão apresentados na tabela a seguir:

Índices	Objetivos da GNF*	Indicadores da GNF* Brasil
Acidentes do Trabalho – Índice de Frequência	≤ 1,43	0,00
Acidentes do Trabalho – mortais	0	0

*GNF – Grupo Gas Natural Fenosa

Não houve acidentes no sistema de distribuição de gás natural e conseqüentemente não houve vítimas, permitindo fechar o ano com o indicador máximo (=10,0 pontos).

Outro ponto em destaque foi a manutenção da certificação das empresas da Gas Natural Fenosa no Brasil pela empresa Certificadora AENOR, nas normas OHSAS 18.001 (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho), ISO 9001 (Sistema de Gestão de Qualidade) e ISO 14001 (Sistema de Gestão de Meio Ambiente), além da manutenção da Certificação de Modelo de Empresa Saudável emitida pela empresa Certificado AENOR.

9) Gestão jurídica

No final de 2015, o instituto da Mediação teve suas práticas regulamentadas pelo Novo Código de Processo Civil (CPC) e pela Lei 13.140/15 (Lei da Mediação). Considerando esse cenário, o Departamento Jurídico celebrou, já em 2015, um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a fim de desenvolver, de forma pioneira e inovadora, o projeto “Jurídico na Mediação”, o qual consiste em encaminhar ao NUPEMEC (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos), após atendimento realizado pelos advogados internos da empresa, casos e conflitos dos colaboradores, que sejam passíveis de resolução por meio da Mediação.

Este Projeto propicia aos colaboradores da Companhia, por meio do apoio dos advogados corporativos, um novo olhar sobre o conflito e as demandas que chegam até ele. A partir da assinatura do Convênio proposto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, realizou-se o treinamento dos advogados da Diretoria Jurídica da Ceg na prática da Mediação, realizado pelo NUPEMEC/TJRJ, visando o estímulo e a propagação das possibilidades de resolução de conflitos. O Projeto faz com que o advogado atue de forma colaborativa e estimula o colaborador da empresa a também assumir tal postura, além de resultar em diversas outras contribuições para a sociedade, a exemplo, reduzir a judicialização de demandas; cumprir os Princípios de Responsabilidade Social Corporativa pela empresa; criar um canal institucional com o Poder Judiciário; beneficiar à imagem da empresa perante funcionários e terceiros; gerar uma nova imagem do Departamento Jurídico perante outros departamentos e perante outras empresas; além de construir um outro ambiente de trabalho, propiciando acolhimento. Desde agosto de 2016, quando o Projeto teve início, foram atendidos 47 colaboradores pelos advogados internos da Companhia. Um total de 33 casos foram encaminhados ao NUPEMEC, resultando na realização de 42 sessões de mediação e 19 acordos celebrados.

Em 2017, também foram realizados convênios de acesso à base de dados da Ceg, com o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Procuradoria Regional da República da 3ª Região, Tribunal Regional Federal – 2 e Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro, o que permitiu aos referidos órgãos realizar diligências em benefício do Poder Judiciário, das partes e advogados, o que ratifica que a Ceg está atuando em observância aos princípios de Responsabilidade Social Corporativa.

Dando continuidade à colaboração com o Poder Judiciário iniciada em 2011, a Ceg manteve a meta de celebração de acordos especialmente nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis. A medida resultou na redução de custos decorrentes do acompanhamento de processos pelos escritórios de

advogados prestadores de serviços e, ainda, em uma relevante economia referente aos valores das causas, chegando a cerca de R\$ 9 milhões no ano de 2017.

Além disso, também visando a redução de custos decorrentes do acompanhamento de processos de Juizados Especiais Cíveis por escritórios prestadores de serviços, a Companhia manteve a orientação, adotada ao final de 2016, de descontratar os serviços logo após o pagamento de acordos e condenações, o que representou, em 2017, uma economia de mais de R\$ 176 mil.

Vale ainda destacar o êxito da Diretoria jurídica na sua atuação na realização de acordos extrajudiciais e em processos de recuperação de Crédito/Cobrança, Avarias de Terceiros e Recuperação Judicial de empresas-clientes em trâmite nas Varas Cíveis, que recuperou para a empresa o montante de quase R\$ 2 milhões e, na gestão de processos em que postos de GNV ingressaram contra a Ceg discutindo os valores de faturas de consumo de gás, a Companhia recuperou, em 2017, quase R\$ 5 milhões. Diante de recentes decisões judiciais favoráveis à Companhia observadas nestes processos, a expectativa é de manter o mencionado êxito na recuperação de valores de faturas de consumo.

Também em 2017 foi promovido a 5ª edição do Curso de Perícias, pelo Instituto de Engenharia Legal – IEL (atual IBAPE), em instalações de gás, para peritos judiciais, advogados e serventuários, tendo como finalidade a aproximação institucional e capacitação dos referidos profissionais acerca da distribuição de gás canalizado, que era, até então, um conhecimento restrito à Concessionária. Com tal divulgação, a Companhia já tem percebido, com relação aos anos anteriores, um aumento significativo na quantidade de laudos periciais favoráveis, em razão da disseminação do conhecimento técnico. Além disso, percebe-se uma melhora na relação entre a empresa e os profissionais do judiciário.

A partir de 2016, a Diretoria Jurídica, buscou e obteve o apoio do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ) na atuação em operações contra fraudes do Gás Natural Veicular e outras eventualmente existentes. Tais operações contaram com a participação da Ceg em conjunto com a Agência Nacional de Petróleo – ANP, Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados (DDSD), Instituto Nacional Metrologia (INMETRO), PROCON, Receita Federal e o próprio Ministério Público. Neste sentido, os setores de Recuperação de Consumo e *Security* da Companhia foram inseridos nas ações adotadas por meio desta Força Tarefa. Tal relacionamento permaneceu sendo estreitado ao longo do ano de 2017.

Ao longo de 2017, a Diretoria Jurídica realizou *workshops* para os escritórios de advogados prestadores de serviços, buscando garantir uma melhor atuação e resultados nos processos judiciais, através da disseminação de conhecimento técnico. Assim, foram ministrados *workshops* pelo Instituto de Engenharia Legal com os temas “Parecer sobre instalações internas” e “Parecer sobre instalações de aquecedores invertidos”; além de palestras sobre Inspeção Periódica de Gás, por especialistas da Ceg.

Por outro lado, os escritórios de advogados foram convidados a ministrar palestras, sobre os “Aspectos Jurídicos da suspensão do fornecimento de gás ao cliente” e “Pedidos de uniformização de jurisprudência”, aos advogados internos e colaboradores das áreas de negócio, visando melhorar a atuação da Companhia, nos termos da legislação vigente, evitando novos processos judiciais.

A Diretoria Jurídica participou intensamente no monitoramento e revisão das normas de *compliance* adotadas pela Companhia. Para tanto, contribuiu nas avaliações de riscos de cada setor da empresa, participando, inclusive, do comitê interno de *compliance*. Assim, em razão desses trabalhos, juntamente com a área de *compliance*, a Diretoria Jurídica criou e validou uma cláusula padrão para todos os contratos da empresa, a qual versa sobre a necessidade de observação e cumprimento do Código de Ética e da Política Anticorrupção do Grupo Gas Natural Fenosa, seu controlador e operador técnico.

A Diretoria Jurídica também tem participado ativamente dos trabalhos relativos ao 4º ciclo de revisão de tarifas da Companhia, iniciado em 2017, auxiliando a área de Ingressos e Regulação nos procedimentos necessários junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro - AGENERSA.

10) Recursos Investidos

Em 2017, foram investidos R\$ 274.318 mil na operação da Companhia, montante 6,72% superior ao ano anterior, quando o total dos investimentos operacionais chegou a R\$ 257.037 mil.

Só em **expansão de rede** a companhia investiu R\$ 109.440 mil em 2017, um aumento de 21,10% frente ao ano anterior. Este incremento decorreu, em grande parte, do seguimento ao projeto de gaseificação do município de Japeri e dos projetos de fornecimento de gás para os municípios de Maricá (iniciado em 2016) e Mangaratiba (iniciado em 2017), os dois últimos classificados como “Projeto Estruturante”, através do qual o gás é levado ao município por caminhões na forma de GNC – Gás Natural Comprimido, e é construída a ramificação de redes e dutos no município, a partir de uma base de descompressão de gás. Assim, já em 2017, os investimentos em expansão de rede possibilitaram a captação de 32.989 novos clientes frente a 2016, em toda a área de concessão, aumentando em 3,64% a base de clientes da Ceg. A expectativa é de continuar crescendo em 2018, inclusive considerando a expansão do fornecimento de gás ao novo município atendido a partir de 2017: Mangaratiba.

A Companhia também aumentou, em 54,75%, frente a 2016, num total de R\$ 42.563 mil, seus investimentos em **TI, Frota e Instalações**. A maior parte desses recursos foi destinada a sistemas e projetos relacionados à tecnologia da informação, mas também, à adequação de sua sede operacional, situada em São Cristóvão, que precisou ser remodelada em razão do projeto Porto Maravilha da Prefeitura do Rio de Janeiro, que teve início antes do Jogos Olímpicos de 2016 e resultou na necessidade de adequação do espaço que antes era ocupado pela Companhia e cujas obras foram concluídas somente ao final de 2017.

Na **renovação da rede** os investimentos somaram R\$ 122.315 mil, com uma redução de -12,11% frente a 2016, quando foram investidos R\$ 139.164 mil nas obras relacionadas sobretudo ao remanejamento de redes, à manutenção das tubulações de gás, estações de medição e regulagem e outros ativos da Companhia.

Evolução dos Investimentos Operacionais nos últimos 05 anos



11) Sumário Financeiro

Conta de Resultados (R\$ mil)	2017	2016	Variação (R\$)	Variação (%)
Receita líquida das vendas e serviços	3.831.493	3.120.276	711.216	23,00
Lucro bruto	1.024.546	915.968	108.578	11,85
Lajida (Ebitda)	700.482	630.173	70.309	11,16
Lucro operacional	584.660	521.496	63.164	12,11
Lucro líquido do exercício	338.847	290.704	48.143	16,56
Margem Bruta	26,74%	29,36%	-2,62	-8,92%

Receita Líquida

As receitas líquidas da Companhia em 2017 foram de R\$ 3.831.493 mil, o que representou um aumento de 23%, com relação a 2016, quando somaram R\$ 3.120.276 mil. Esse aumento é resultado da recuperação das vendas de gás (64,25% frente a 2016), sobretudo para a geração elétrica (+33,88%).

Lucro Bruto

O lucro bruto, em 2017, chegou a R\$ 1.024.546 mil, observando-se um aumento de 11,85% em relação ao resultado obtido no ano anterior (R\$ 915.968 mil) o que representa uma margem bruta de 26,74%, abaixo de 2016, que foi de 29,36%, portanto com uma redução de 8,92% na margem bruta frente ao ano

anterior. O aumento do lucro bruto reflete a recuperação das vendas da Companhia frente ao ano anterior. Contudo, os diversos mercados de vendas de gás possuem margens unitárias distintas. Assim, a redução no resultado da margem da Companhia decorreu, principalmente por dois aspectos, quais sejam: a redução do IGPM (índice de correção das margens das Companhia) e pela queda nas vendas para os clientes de grande comércio, que representam 43% do segmento. Esse efeito se deu pelo menor consumo no segmento de cogeração pela migração de alguns grandes clientes para o mercado livre, em 2017.

Lucro Operacional

A Companhia encerrou o ano de 2017 com um lucro operacional de R\$ 584.660 mil, com um aumento de R\$ 63.164 mil frente a 2016, quando o lucro operacional foi de R\$ 521.496 mil. Esse índice apresentou um aumento de 12,11% em comparação com o ano anterior.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício fechou 2017 em R\$ 338.847 mil, que representa um aumento de R\$ 48.143 mil, ou seja, 16,56% superior a 2016. Contribuíram para este resultado positivo a recuperação de dívidas de clientes do segmento GNV e um melhor resultado financeiro (com menor custo da dívida).

Lajida (Ebitda)

A informação a seguir está de acordo com a forma de cálculo determinada pela Instrução Normativa 527/2012 CVM. O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 700.482 mil do ano de 2017 superou o resultado obtido em 2016, apresentando um aumento de 11,16% frente a ano anterior.

LAJIDA	2017	2016	Varição(R\$)	Varição (%)
Lajida (R\$ mil)	700.482	630.173	70.309	11,16%
Lucro líquido do exercício	338.847	290.704	48.143	16,56%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	139.368	119.262	20.106	16,86%
Depreciação e amortização	115.824	108.677	7.147	6,58%

Resultado Financeiro

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no início de 2017, foi de redução da taxa básica de juros (Selic). Com a baixa atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central iniciou a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 13,75% para 7,00%, em dezembro de 2017.

A Companhia apresentou em 2017 um menor custo financeiro, impactado principalmente pela redução da taxa Selic e em função da diminuição do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida.

O resultado financeiro apresentou, em 2017, o valor negativo de R\$ 106.445 mil, frente ao valor negativo de R\$ 111.530 em 2016.

A dívida bruta da Companhia passou de R\$ 938.290 milhões em 2016 para R\$ 920.581 milhões em 2017.

	2017	2016	Varição (%)	Varição (R\$)
Resultado Financeiro	-106.445	-111.530	-4,56	5.085

12) Remuneração aos acionistas

No dia 12 de dezembro de 2017 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas o pagamento dos juros sobre capital próprio, no valor bruto de R\$81.143.558,64, a ser pago em parcela única, no dia 25 de julho de 2018. Farão jus ao benefício os acionistas titulares de ações na data da realização da Assembleia de Acionistas.

O dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 10.579.633,07, foi registrado de forma a atender o disposto no Estatuto da Companhia que estabelece uma distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 230.810.586,98, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no mês de abril de 2018, que deliberará sua retenção ou sua distribuição aos acionistas.

Considerando o orçamento da Companhia aprovado para 2018, a administração da companhia deverá propor para análise dos acionistas, o que deverá levar em conta ainda o caixa da Companhia, a distribuição de 70% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável e o aumento do capital social mediante a capitalização de reservas, sem a emissão de novas ações, respeitadas as participações de cada acionista no capital social da empresa.

13) Financiamentos

Ao longo de 2017 a Ceg manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes de empréstimos com taxas variáveis (indexadas ao CDI).

O endividamento da empresa, que era de 43,3% em 2016, caiu para 40,6%, em 2017.

Para 2017, a meta é a manutenção da busca contínua das melhores condições de financiamento.

14) Panorama Tributário

A Ceg busca constantemente a eficiência fiscal, de forma a garantir as boas práticas tributárias e a correta aplicação da legislação. O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos, com base na legislação tributária vigente.

CEG	2017	2016	Varição %
COFINS	76,18	73,92	3,06
PIS	16,52	15,95	3,57
IRPJ	89,25	75,25	18,60
CSLL	45,89	38,8	18,27
AGENERSA	17,48	13,51	29,39
ICMS	209,21	171,23	22,18
ISS	1,38	1,63	-15,34
IOF	1,5	5,11	-70,65
TOTAL (MBRL)	457,41	395,4	15,68

15) Responsabilidade Social Corporativa

Para promover um entorno de trabalho motivador e desenvolver seus profissionais, a Ceg implantou e deu prosseguimento a programas de treinamento, desenvolvimento, reconhecimento e equilíbrio da vida pessoal e profissional para os colaboradores.

Principais indicadores	2017
Quadro de Pessoal/Número de funcionários	474
Homens/Mulheres (%)	61/39
Total de diretivos*	47
Mulheres em postos diretivos	17
Gastos de Pessoal (R\$)	150.874.585
Horas de treinamento por empregado	40
Investimento em formação anual (R\$)	610.423

*Diretores e gerentes

Reforçando o compromisso que iniciamos em 2012, de promover a conciliação entre a vida pessoal e profissional de nossos empregados, realizamos a renovação do certificado EFR (Empresa Familiarmente Responsável). O mesmo reconhece a companhia como líder internacional na qualidade de emprego, flexibilidade e estímulo à vida social dos colaboradores, bem como à sua formação e ao seu desenvolvimento profissional.

Foram investidos mais de 900 mil reais em aproximadamente 60 mil horas de capacitação para funcionários e prestadores de serviços. Realizamos ações de formação para desenvolvimento do negócio (comercial e técnica), liderança, qualidade no atendimento ao cliente, desenvolvimento comportamental, compromisso com a segurança e saúde, entre outras.

Projetos relevantes desenvolvidos em 2017:

Pesquisa de Clima e Compromisso: Realizamos a pesquisa a cada dois anos com o objetivo de conhecer o grau de satisfação e compromisso dos empregados, contrastar a evolução dos resultados em relação à pesquisa anterior e definir um plano de ação visando melhorar o clima organizacional e o nível de compromisso dos colaboradores. Em 2017 foi realizada nova pesquisa e o resultado será trabalhado ao longo dos próximos 2 anos.

Gestão de Talentos: O Programa Gestão de Talentos tem como objetivo potencializar o desenvolvimento profissional de seus colaboradores com base nas estratégicas do Grupo e fundamentado no modelo de competências consolidado, chamado Modelo de Liderança.

O Ciclo Anual de Gestão de Pessoas prevê as seguintes fases: Avaliação dos objetivos do ano anterior; Fixação dos objetivos do ano vigente; Avaliação 360° para o coletivo correspondente do ano; Elaboração ou Atualização do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e Análise do nível de contribuição do coletivo correspondente.

Os distintos coletivos são agrupados de acordo com os critérios do Grupo, sendo as fases de Avaliação 360° e PDI realizadas a cada 3 anos. Em 2017 foi realizada a avaliação 360° e o PDI do coletivo de Gerentes e Chefes.

O PDI materializa o compromisso com o desenvolvimento profissional alinhado aos interesses, expectativas e capacidades de cada um, assim como às necessidades do negócio. Nesse modelo tem duração de 3 anos sendo atualizado anualmente pelo colaborador com o apoio do gestor.

Carreira em Foco: A oitava edição do “Carreira em Foco” apresentou os temas inovação e criatividade. Durante 1 mês de atividades, palestras, workshops, oficinas e consultorias, os colaboradores puderam conhecer e aprofundar seus conhecimentos, além de vincular à sua prática diária tanto no âmbito profissional como no pessoal. Esse evento reforça o compromisso da Ceg com o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, ampliando canais de comunicação e mantendo aberta a discussão sobre protagonismo, desenvolvimento e carreira. Como em toda edição houve a oportunidade de conhecer mais sobre as ferramentas de desenvolvimento que a empresa disponibiliza para cada um e a melhor forma de utilizá-la.

Evolution: Em 2017 foi lançada a plataforma tecnológica Evolution, com os módulos de Universidade Corporativa e Gestão de Talento. Evolution é uma ferramenta de gestão e desenvolvimento onde as informações de cada funcionário estão disponíveis para a gestão de carreira e de equipes.

Universidade Estendida: A Universidade Estendida prevê treinamentos para prestadores de serviços com o intuito de apoiar na consecução dos objetivos, assegurando a formação dos fornecedores e garantindo a adequação aos padrões de qualidade, segurança e serviço da empresa. Em 2017 foi realizada formação de NR 35, formação voltada para os agentes comerciais, conclusão do 3º ciclo Encadeamento Produtivo em parceria com SEBRAE.

Programa de Mobilidade Interna: Continuou sendo potencializado o programa com o objetivo de promover a movimentação interna na empresa, aumentando com esse contingente a cobertura de vagas e obtendo uma ótima adequação pessoa-posto. O índice das vagas divulgadas que foram fechadas com colaboradores internos foi de 88%. No ano de 2017, realizamos 23% de promoções e 77% de movimentações laterais, considerando todas as mobilidades realizadas.

Café com a Direção: Uma oportunidade de aproximação dos empregados com a direção da empresa, integração e troca de ideias. Os temas são definidos pelos empregados, que possuem total liberdade de fazer perguntas de seu interesse para a alta direção. Para os colaboradores da Ceg foram realizadas 2 edições com 22 participantes, que obtiveram 100% de suas dúvidas respondidas e sugestões analisadas e aplicadas, de acordo com a viabilidade.

Programa Bolsa de Estudos: Patrocina parte importante do investimento na educação. A Ceg promoveu o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores através de 12 bolsas de estudo fornecidas em 2017, totalizando 51 bolsas ativas neste ano, em cursos de graduação e pós-graduação, ligados às necessidades da empresa e atividades do cargo.

Programa Jovem Aprendiz: Em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), jovens de 14 a 21 anos foram formados no curso de Aprendiz em Ocupações Administrativas e com estágio de 11 meses nas diversas áreas da Companhia. O Programa já está em sua 16ª edição.

Serviço de Atenção ao Empregado (SAE): Implantado desde 2014, estabelece um novo modelo de relação com seus funcionários, oferecendo praticidade e conforto através da conectividade nos canais de relacionamento. Principais benefícios: aumento da satisfação com o serviço prestado, compromisso com prazos e qualidade das respostas, assim como aportar eficiência nos processos das áreas internas que dão serviço ao empregado. Em 2017 o SAE obteve um índice de satisfação de 94,2%. Foram realizadas 5.331 atividades, com seguintes índices registrados: Objetivo 90% - cumprimento de prazo 97,11% e NPS (Net Promoter Score) 91,67 (considerando satisfatório >40,00).

Políticas de Benefícios: A Ceg, no ano de 2017, ofereceu aos seus empregados diversos benefícios, com a finalidade de melhorar sua qualidade de vida e satisfazer determinadas necessidades. Entre os quais se destacam: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Auxílio Medicamentos, Seguro de Vida, Auxílio Creche, Auxílio Excepcional, Vale Refeição, Cesta Básica, Empréstimos, Bolsa de Estudos, Programa Gympass e Extensão da Licença maternidade de 4 para 6 meses e da Licença paternidade de 05 para 20 dias (adesão ao Programa Empresa Cidadã).

A jornada de trabalho, exceto para os funcionários de serviços essenciais, realizou-se em horários flexíveis, tanto para a entrada quanto para a saída. Em todos os feriados que ocorreram às terças e quintas-feiras, os funcionários foram dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante a compensação, conforme calendário estabelecido pela empresa. Durante todo o ano, foi realizada a redução de jornada de trabalho em duas horas às sextas-feiras, mediante compensação ao longo do ano.

16) Relacionamento com a Sociedade

Com o objetivo de gerar valor humano, indo além de sua atuação na distribuição de energia, a Ceg elegeu novamente a formação educacional, a gastronomia, a cultura e o meio ambiente para serem os focos de suas linhas de patrocínio e apoio desenvolvidas em 2017. Entre os projetos destacaram-se:

Educação: Um total de 120 novos alunos do curso Técnicas de Inspeção Periódica / Autovistoria de Instalações Prediais a Gás se formaram entre os meses de abril e dezembro de 2017, graças à parceria entre a Ceg/Fundação Gas Natural Fenosa e o Senai. O projeto surgiu a partir da demanda do mercado por profissionais aptos a atuarem no ramo gasista.

O curso teve duração de um mês e quatro horas diárias de aulas práticas e teóricas por turma (foram 10 turmas) e aconteceu na unidade Senai Tijuca. A ação é voltada para pessoas com mais de 18 anos, ensino médio completo com formação técnica em Mecânica ou Edificações e registro ativo junto ao Crea. Os alunos se revezaram entre aulas teóricas e práticas no Senai, num total de 800 horas de capacitação. Segundo os instrutores do Senai, o curso contou com um vasto conteúdo.

Gastronomia: A Ceg deu sequência em 2017 ao projeto **Energia do Sabor**, que permite a formação de jovens no curso de cozinheiro internacional. A iniciativa é desenvolvida pela Companhia e Fundação Gas Natural Fenosa em parceria com a Universidade La Salle, em Niterói.

Os 19 novos cozinheiros internacionais que se formaram em 2017 já estão prontos para enfrentar o mercado de trabalho. Após 11 meses de aulas no curso de Gastronomia, sendo 378 horas por curso, os estudantes ganharam o título de Chef ao passarem por uma prova ao estilo "Masterchef". Nessa prova,

eles tiveram que criar pratos para avaliação de grandes chefs presentes, como Felipe Bronze, e profissionais renomados da área.

A iniciativa revelou-se um grande sucesso, que tem transformado a vida de jovens entre 17 e 25 anos, com renda familiar de até três salários mínimos. O Energia do Sabor foi lançado em 2012 e já formou quase 100 jovens como cozinheiros internacionais na Universidade La Salle.

A ideia do projeto veio atender a uma demanda dos restaurantes e hotéis do Rio de Janeiro e de Niterói por novos profissionais e vem ao encontro do anseio de jovens que desejam se tornar chefs de cozinha. A iniciativa é um exemplo de que o apoio à educação pode gerar bons resultados.

Outro projeto que vem sendo apoiado pela Ceg e que se transformou no maior evento de gastronomia do Brasil foi o **Rio Gastronomia**, que chegou à sua 7ª edição com muitas novidades. Realizado nos armazéns 3 e 4 do Pier Mauá, o Rio Gastronomia permitiu que os visitantes pudessem conferir aulas com grandes nomes da gastronomia, alguns dos melhores restaurantes, bares e *food trucks* do Rio, além de shows e da feira de produtos do interior do estado.

Meio Ambiente: O programa educativo **Energia para Crescer**, voltado ao público infantil, foi realizado mais uma vez durante o ano letivo de 2017, nas instituições de ensino do município do Rio de Janeiro. Foram 64 apresentações da peça teatral Manual para o Futuro Legal e da palestra Uso Responsável do Gás para um público de cerca de 7.000 alunos e 650 professores.

Manual para o Futuro Legal é um espetáculo encantador, que fala da formação dos combustíveis fósseis e faz os jovens refletirem sobre os confortos da vida moderna e a importância do consumo consciente. Também cita a presença do gás natural no nosso cotidiano e a importância das fontes renováveis.

A palestra é ministrada por monitores. A metodologia utilizada integra exposição oral com uso de recursos cênicos e teatrais. O projeto também inclui uma dinâmica na qual os alunos aprendem um pouco mais sobre a origem, distribuição e uso seguro do gás natural. Entre os cenários, está a maquete de um banheiro para demonstração das regras de segurança.

Na opinião dos educadores, 100% das escolas que receberam o projeto anteriormente consideraram positivo o projeto unir cultura, educação e meio ambiente. Além disso, 100% dessas instituições manifestaram interesse em receber o projeto novamente e consideraram muito positivo a palestra estar associada ao espetáculo teatral.

Cultura: A Ceg patrocinou em 2017 a Companhia de Ballet da Cidade de Niterói na apresentação do espetáculo Escaleno, que contou com as coreografias CórteX, do português André Mesquita; Erro 404, do brasileiro Alex Soares; e Pacific, do australiano Phillip Adams. Três coreógrafos de nacionalidades distintas, aproximaram suas fronteiras ao unir três pontos, três países, três propostas em um espetáculo.

O espectador foi instigado a um caleidoscópio cultural entre a Austrália, o Brasil e Portugal utilizando a tradicional Companhia de Ballet da Cidade de Niterói como ponto principal.

17) Acionistas

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia estava representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

CEG Acionistas	Participação no capital social (%)
Gas Natural Distribución Latinoamérica S/A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,84
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,18
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Todas as ações emitidas pela Ceg são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No curso de 2017 não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

18) Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 11.638/2011 e com a Instrução Normativa CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia, que não possui sociedades por ela controladas, declara que manteve para o exercício de 2017 contrato de prestação de serviços de auditoria externa contábil com a Price WaterhouseCoopers Auditores Independentes PwC.

Além dos serviços de auditoria externa, a PwC também presta à Ceg, o serviço de asseguaração limitada das informações do Informe de Responsabilidade Social Corporativa. A Companhia entende que a natureza deste serviço não afeta ou impacta o resultado dos trabalhos de auditoria externa, e nem a independência dos auditores independentes, não ocorrendo conflito de interesse, fato ou ato que resulte em perda de independência ou objetividade dos auditores.

A PwC prestou, relativamente ao exercício de 2017, serviços de auditoria externa também para as demais empresas do Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil, contratados globalmente em 29/09/2016,; Ceg Rio S/A, Gás Natural São Paulo Sul S/A, Gas Natural Serviços S/A e Gás Natural do Brasil S/A. Da mesma forma, a Companhia entende que a prestação destes serviços não afeta ou impacta o resultado dos trabalhos de auditoria externa prestado para a Ceg.

Os auditores externos PwC declaram que, com relação ao exame de auditoria das demonstrações financeiras das empresas integrantes do grupo Gas Natural Fenosa, acima citadas, as exigências da Resolução CFC - NBC PA 290 (R1) são suficientes para cumprir suas responsabilidades na auditoria das demonstrações financeiras. Portanto, confirmam sua independência de acordo com as exigências promulgadas na referida Resolução.

E ainda, declaram que possuem entendimento das Normas Internacionais e Brasileiras de Auditoria, necessários para cumprir suas responsabilidades na auditoria das demonstrações financeiras do grupo e conduzem seu trabalho sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em conformidade com essas normas. Com relação à asseguaração limitada das informações do Informe de Responsabilidade Social Corporativa 2017 para a Ceg, conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – “Emissão de Relatório de Asseguaração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social”, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com base na NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguaração Diferente de Auditoria e Revisão emitida pelo CFC, confirmam que também mantêm sua independência de acordo com as normas citadas.

Em 12/12/2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a substituição do auditor independente PwC, para a realização dos serviços de auditoria externa a partir do exercício de 2018, desta forma aprovou a contratação da E&Y Auditores Independentes S/S, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 20.12.2017.

Conforme divulgado no referido Comunicado, a decisão de substituir o auditor externo atende a um critério legal ao qual está sujeito o controlador e operador técnico da Companhia, o Grupo Gas Natural Fenosa, na Espanha, que completou o prazo limite de permanência com o mesmo auditor (PwC). Assim, como corporação que consolida suas operações e visando manter um único auditor em todos os países em que atua, o controlador optou por estender a substituição à todas as empresas controladas. Esta opção possibilitar gerar sinergias que não apenas beneficiam a corporação que consolida, mas também as operações das empresas controladas, sendo possível definir alinhamentos padronizados de auditorias e critérios de aplicação contábil de maneira geral.

19) Conselho de Administração

Sergio Manuel Aranda Moreno - Presidente
Bruno Armbrust
Alberto Gonzalez Santos
Francisco de Paula Lluch Rovira
Francesc Solbes Pons
Juan Manuel Otoyá Rojas

Peter Dvorsak
José Pais Rangel
Adrian Osvaldo Vila
Carlos Eduardo Lessa Brandão
Renata Bezerra Cavalcanti
Alvaro de Sá Bahia

20) Diretoria Estatutária

Bruno Armbrust
Diretor-Presidente

Alberto Gonzalez Santos
Diretor Geral

Eduardo Cardenal Rivera
Operações

Sérgio Soares dos Santos
Planejamento, Ingressos e Regulação

Kátia Valverde Junqueira
Serviços Jurídicos

Jorge Henrique da Silva Baeta
Econômico-Financeiro e Relações com Investidores

Miguel Marcelo Napolitano
Comercial

Katia Brito Repsold
Gestão de rede

Gilberto Guimarães Rosa da Silva
Compras, Prevenção e Serviços Gerais

André Luiz Franco Braga
Pessoas, Organização e Cultura

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	74.621	98.093	Fornecedores (Nota 16)	357.611	228.215
Contas a receber de clientes (Nota 8)	505.181	391.987	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	283.282	426.934
Estoques	2.251	2.299	Obrigações trabalhistas	7.249	8.712
Tributos a recuperar (Nota 9)	40.161	34.526	Tributos a recolher (Nota 18 e 19)	102.495	79.210
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	1.819	1.767	Obrigações com fundo de pensão (Nota 21)	32.125	21.247
Cessão de crédito	7.575	5.881	Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	315	3.235
Demais contas a receber	2.885	4.224	Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 20.2 (c))	91.724	79.582
			Demais contas a pagar	12.473	10.340
	<u>634.493</u>	<u>538.777</u>		<u>887.274</u>	<u>857.475</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	637.299	511.355
Contas a receber de clientes (Nota 8)	34.484	-	Obrigações com fundo de pensão (Nota 21)	168.084	116.771
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	128.295	104.697	Provisão para contingências (Nota 22)	63.884	64.079
Tributos a recuperar (Nota 9)	19.042	31.905		<u>869.267</u>	<u>692.205</u>
Depósitos judiciais (Nota 13)	100.879	101.517	Total do passivo	1.756.541	1.549.680
Outros realizáveis a longo prazo	0	38			
	<u>282.700</u>	<u>238.157</u>	Patrimônio líquido (Nota 20)		
Investimentos	380	380	Capital social	587.923	544.500
Intangível (Nota 14)	2.181.035	2.022.352	Reserva de capital	2.194	2.194
Diferido (Nota 15)	1.846	7.878	Reservas de lucros	835.047	755.623
	<u>2.465.961</u>	<u>2.268.767</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	(81.251)	(44.453)
			Total do patrimônio líquido	1.343.913	1.257.864
Total do ativo	3.100.454	2.807.544	Total do passivo e patrimônio líquido	3.100.454	2.807.544

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita líquida (Nota 24)	3.831.493	3.120.276
Custo do serviço (Nota 25)	<u>(2.806.947)</u>	<u>(2.204.308)</u>
Lucro bruto	<u>1.024.546</u>	<u>915.968</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 27)	(408.690)	(369.005)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 28)	<u>(31.196)</u>	<u>(25.467)</u>
Lucro operacional	<u>584.660</u>	<u>521.496</u>
Receitas financeiras	24.420	42.066
Despesas financeiras	<u>(130.865)</u>	<u>(153.596)</u>
Resultado financeiro, líquido (Nota 29)	(106.445)	(111.530)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>478.215</u>	<u>409.966</u>
Imposto de renda e contribuição social - Correntes (Nota 10 e 19)	(144.010)	(120.285)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos (Nota 10 e 19)	<u>4.642</u>	<u>1.023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>338.847</u>	<u>290.704</u>
Quantidade de ações em circulação (em milhares de ações)	259.638	259.638
Lucro líquido básico e diluído por mil ações do capital social no final do exercício - R\$	<u>1.305,07</u>	<u>1.119,65</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	338.847	290.704
Outros componentes do resultado abrangente		
Perda atuarial de fundo de pensão	(36.797)	(19.875)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(36.797)	(19.875)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>302.050</u>	<u>270.829</u>

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
			Legal	Expansão				
Em 31 de dezembro de 2015	442.830	2.194	86.737	370.311	196.415	-	(24.578)	1.073.910
Aumento de Capital	101.670	-	-	(101.670)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	290.704	-	290.704
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(7.294)	-	-	(7.294)
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	(19.875)	(19.875)
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	14.535	-	-	(14.535)	-	-
Reserva para investimentos futuros	-	-	-	189.121	(189.121)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 296,99 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(77.111)	-	(77.111)
Dividendos propostos (R\$ 9,51 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(2.470)	-	(2.470)
Destinação de resultado definido em AGOE (Abril/2017)	-	-	-	-	196.588	(196.588)	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	544.500	2.194	101.272	457.762	196.588	-	(44.453)	1.257.863
Aumento de Capital	43.423	-	-	(43.423)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	338.847	-	338.847
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(126.746)	-	-	(126.746)
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	(36.798)	(36.798)
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	16.313	-	-	(16.313)	-	-
Reserva para investimentos futuros	-	-	-	72.312	(72.312)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 312,53 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(81.144)	-	(81.144)
Dividendos propostos (R\$ 40,75 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(10.579)	-	(10.579)
Destinação de resultado a definir em AGOE (Abril/2018)	-	-	-	71.714	161.567	(230.811)	-	2.470
Em 31 de dezembro de 2017	587.923	2.194	117.585	558.365	159.097	-	(81.251)	1.343.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	478.215	409.966
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	115.824	108.677
Resultado na baixa do intangível	(577)	(1.012)
Resultado financeiro não realizado	94.563	110.450
Provisão atuarial do benefício pós emprego	25.393	12.942
Contingências	(195)	(11.728)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.651	5.248
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	50	487
Desconto obtido sobre pagamento antecipado de parcela de concessão	-	(2.124)
	<u>715.924</u>	<u>632.906</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(150.329)	45.500
Tributos a recuperar e diferidos	118.180	101.330
Estoques	48	(453)
Cessão de crédito	(1.694)	(3.793)
Adiantamento a fornecedores	351	(122)
Demais contas a receber	1.022	(894)
Despesas antecipadas	(34)	(41)
Outros realizáveis a longo prazo	37	3.894
Depósitos judiciais	638	1.902
Concessão a pagar	-	(45.252)
Fornecedores	129.396	(79.545)
Obrigações Trabalhistas	(1.463)	966
Tributos a recolher	(116.083)	(109.009)
Partes relacionadas	(2.972)	(6.875)
Demais contas e despesas a pagar	<u>2.710</u>	<u>3.163</u>
Caixa proveniente das operações	695.731	543.677
Juros pagos	(96.878)	(124.565)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(134.550)</u>	<u>(114.049)</u>
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	<u>464.303</u>	<u>305.063</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(259.412)	(227.383)
Baixa líquida de ativo intangível	<u>16</u>	<u>65</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(259.396)</u>	<u>(227.318)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(24.522)	(26.839)
Ingressos de empréstimo	-	80.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(193.318)	(74.837)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	<u>(10.539)</u>	<u>(6.215)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(228.379)</u>	<u>(27.891)</u>
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalente de caixa	(23.472)	49.854
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>98.093</u>	<u>48.239</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>74.621</u>	<u>98.093</u>
Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

**Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

VENDAS DE GÁS E DE SERVIÇOS	2017	2016
RECEITAS		
Vendas de Gás e de serviços	4.558.102	3.692.445
Outras receitas operacionais	4.850	1.943
Provisão para contas de cobrança duvidosa - Reversão/Constituição	(13.890)	(14.809)
Não Operacionais	642	1.256
	<u>4.549.704</u>	<u>3.680.835</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(2.735.095)	(2.114.349)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(677.804)	(583.467)
	<u>(3.412.899)</u>	<u>(2.697.816)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.136.805</u>	<u>983.019</u>
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(115.824)	(108.677)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>1.020.981</u>	<u>874.342</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	24.420	42.066
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>1.045.401</u>	<u>916.408</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	<u>107.684</u>	<u>94.706</u>
Remuneração direta	79.937	69.480
Benefícios	22.597	20.506
F.G.T.S	5.150	4.720
Impostos, taxas e contribuições	<u>458.134</u>	<u>366.726</u>
Federais	274.304	230.506
Estaduais	181.847	134.434
Municipais	1.983	1.786
Remuneração de capitais de terceiros	<u>140.736</u>	<u>164.272</u>
Juros	130.863	153.596
Aluguéis	9.873	10.676
Remuneração de Capitais Próprios	<u>338.847</u>	<u>290.704</u>
Juros S/Capital Próprio	81.144	77.111
Dividendos Propostos	10.579	2.470
Lucros retidos	247.124	211.124
	<u>1.045.401</u>	<u>916.408</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (“CEG” ou “Companhia”) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo GAS NATURAL FENOSA cuja sede temporariamente está localizada em Madri – Espanha, e está registrado na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Attingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.10 e 14).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração da Companhia em 20 de março de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 23.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos AppxB5(e) (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"), considerando os critérios descritos na Nota 2.5.4.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.7 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente.

2.10 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 14).

2.11 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 15).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustada por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2017.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.16 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 7 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 21).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.19 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Serviços de Construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.20 Demonstrações do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

2.22 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge, exceto pelo impairment de contas a receber

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e espera um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa após a adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018 conforme quadro abaixo:

<u>Mercado</u>	<u>Valor</u>
Residencial	854
Comercial	4.642
Industrial	9.003
GNV	2.881
Órgão Público	4.595
Outros Clientes	3.814
<u>Total</u>	<u>25.789</u>

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma.

- IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Companhia realizou estudo e concluiu que a aplicação da nova norma não afeta de forma significativa a forma de contabilização já existente.

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituiu o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

A CEG tem R\$ 37.527 de compromissos com arrendamento mercantil operacional, sujeito a esta norma. No entanto, a Companhia ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS 16.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.23 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017. Exceto pela adoção da alteração do CPC 03 (Nota 17), as demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

Esclarece que a análise de reconhecimento do imposto de renda diferido ativo ("IRD ativo") deve ser efetuada para as demonstrações financeiras como um todo, considerando a expectativa de lucros tributáveis futuros e diferenças temporárias tributáveis disponíveis. Esse tema é especialmente relevante quando um ativo é avaliado ao valor justo e esse valor está abaixo de sua base fiscal. O princípio geral de reconhecimento de IRD ativo deve ser sempre aplicado, ou seja, a análise de reconhecimento não pode ser efetuada considerando uma transação isolada.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 221.498 (R\$ 138.778 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 53.735 (R\$ 39.097 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia não superior ao período de concessão. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2017, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição a taxas de juros e risco cambial.

(a) **Risco de mercado**

(i) **Risco cambial**

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2017 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos a variação cambial.

(ii) **Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) **Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos e financiamentos	295.327	206.781	560.063
Fornecedores	357.611		
Em 31 de dezembro de 2016			
Empréstimos e financiamentos	457.287	566.918	70.487
Fornecedores	228.215		

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

(d) **Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP**

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 845.960, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 31 de dezembro de 2017, indicava uma taxa Selic em 6,75%. A TJLP estimada é de 6,75%, cenário provável para o ano de 2018.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/12/2017 - %	6,99	6,99	6,99
Dívida líquida - bancos	832.436	832.436	832.436
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2017 - %	6,75	8,44	10,13
Despesa (receita) financeira (*)	(1.998)	12.050	26.097
IR E CS	679	(4.097)	(8.873)
DESPESA (RECEITA) FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	(1.319)	7.953	17.224

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 30/12/2017 - %	7,00	7,00	7,00
Dívida líquida - BNDES	13.524	13.524	13.524
Taxa TJLP estimada em 30/12/2017 - %	6,75	8,44	10,13
Despesa (receita) financeira (*)	(34)	194	423
IR E CS	11	(66)	(144)
DESPESA (RECEITA) FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	(23)	128	279

(*) A taxa projetada do CDI é menor do que a atualmente vigente, motivo pelo qual é apresentada uma reversão de despesa financeira no cenário provável.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser assim sumariados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17)	920.581	938.289
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(74.621)	(98.093)
Dívida líquida	845.960	840.196
Total do patrimônio líquido	<u>1.343.913</u>	<u>1.257.864</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total do capital próprio e de terceiros	<u>2.189.873</u>	<u>2.098.060</u>
Índice de alavancagem financeira - %	39	40

O índice de alavancagem financeira em 2017 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2017 está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais, tem colaborado para que a Companhia mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 17).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Empréstimos e recebíveis</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	74.621	98.093
Contas a receber de clientes	539.665	391.987
Contas a receber de partes relacionadas	1.819	1.767
Demais contas a receber	2.885	4.224
Cessão de crédito	<u>7.575</u>	<u>5.881</u>
	<u>626.565</u>	<u>501.952</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	920.581	938.289
Contas a pagar de partes relacionadas	53.490	3.235
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	<u>370.084</u>	<u>238.555</u>
	<u>1.344.155</u>	<u>1.180.079</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	18	93
Bancos	32.732	44.873
Aplicações financeiras	<u>41.871</u>	<u>53.127</u>
	74.621	98.093

Aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI.

8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	343.469	277.056
Do setor público	<u>15.432</u>	<u>11.918</u>
	<u>358.901</u>	<u>288.974</u>
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado (a)	218.511	136.692
Do setor público	<u>2.987</u>	<u>2.086</u>
	<u>221.498</u>	<u>138.778</u>
Vendas de equipamentos	<u>9.478</u>	<u>11.796</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(50.212)</u>	<u>(47.561)</u>
	<u>539.665</u>	<u>391.987</u>
Circulante	505.181	391.987
Não circulante	<u>34.484</u>	<u>-</u>
	<u>539.665</u>	<u>391.987</u>

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer		
Faturado	264.432	214.112
Não faturado (a)	221.498	138.778
Vencidas		
Até três meses	46.509	32.602
De três a seis meses	7.226	6.495
Acima de seis meses (b)	<u>50.212</u>	<u>47.561</u>
	<u>589.877</u>	<u>439.548</u>

(a) A variação ocorrida entre os anos de 2017 e 2016 está relacionada ao maior acionamento das térmicas, seguindo orientação da ONS.

(b) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa, com exceção de recebíveis em atraso de quatro postos de gás natural veicular (GNV), no montante total de R\$ 34.484, registrado no ativo não circulante, que estão sob disputa judicial e não estão incluídos como faturas vencidas no quadro acima. Ver Nota 22 . Após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais e postos GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias. Ressalvados nas hipóteses de decisão judicial impeditiva de eventual suspensão.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 1º de janeiro	47.561	38.859
Provisão para impairment de contas a receber	42.317	52.292
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	<u>(39.666)</u>	<u>(43.590)</u>
Em 31 de dezembro	<u>50.212</u>	<u>47.561</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PIS e COFINS (a)	17.647	13.731
FINSOCIAL (b)	13.136	13.136
ICMS a recuperar (c)	8.418	20.435
Contribuição Social (d)	10.293	11.738
Imposto de renda retido na fonte	4.735	2.632
Outros	<u>4.974</u>	<u>4.759</u>
	<u>59.203</u>	<u>66.431</u>
Circulante	<u>(40.161)</u>	<u>(34.526)</u>
Não circulante	<u>19.042</u>	<u>31.905</u>

(a) Refere-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizados os valores estimados.

(b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 22(a(ii))).

(c) Refere-se, substancialmente, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 6.218 (R\$ 3.520 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$ 2.512 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 3.706 com expectativa a longo prazo. A Companhia possui ainda R\$ 809 (R\$ 8.466 em 31 de dezembro de 2016) referentes a créditos de ICMS sobre patrocínios acumulados e R\$ 1.391 (R\$ 8.449 em dezembro de 2016) referentes a outros créditos.

(d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações de fundo de pensão	85.738	63.774
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.013	7.420

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão para contingências	21.721	21.787
AVP Financeiro	3.896	4.491
Mudança de prática - novos CPCs (*)	(5.032)	(4.947)
Provisão de fornecedores	10.923	7.139
Outras	4.036	5.033
Ativo não circulante	<u>128.295</u>	<u>104.697</u>

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de ajuste a valor presente	(989)	(936)
Juros e variação monetária Gasius (nota 21)	(4.043)	(4.011)
	<u>(5.032)</u>	<u>(4.947)</u>

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos ativos sobre							
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	AVP Financeiro	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2016	63.774	7.420	21.787	4.491	(4.947)	7.139	5.033	104.697
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	3.008	(407)	(66)	(595)	(85)	3.784	(997)	4.642
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	18.956							18.956
Em 31 de dezembro de 2017	<u>85.738</u>	<u>7.013</u>	<u>21.721</u>	<u>3.896</u>	<u>(5.032)</u>	<u>10.923</u>	<u>4.036</u>	<u>128.295</u>

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2024, conforme demonstrado a seguir:

2018	15.395
2019	25.659
2020	25.659
2021	25.659
2022	25.659
2023	5.132
2024	5.132
	<u>128.295</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Transação com partes relacionadas

As transações no ativo, passivo e de resultado realizadas entre as partes relacionadas apresentadas como segue:

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	56	-	-	26	8.816
Gás Natural DL S.A.	-	43.091	-	-	-
Gás Natural Serviços Integrais	-	-	-	67	973
Gás Fenosa Engineering	-	-	-	229	-
CEG Rio S.A.	1.605	-	-	17.453	-
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	128	-	-	530	-
Gás Natural Serviços S.A.	28	-	-	3.675	-
Gás Natural do Brasil S.A.	2	-	-	18	433
Gás Natural Informática	-	315	-	-	6.597
Pluspetrol Energy	-	1.795	-	-	-
Dinâmica energia	-	8.112	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	177	-	-	-
	<u>1.819</u>	<u>53.490</u>	<u>-</u>	<u>21.998</u>	<u>16.819</u>
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 17)	-	<u>42.209</u>	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	<u>1.819</u>	<u>95.699</u>	<u>-</u>	<u>21.998</u>	<u>16.819</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>1.767</u>	<u>96.889</u>	<u>14.160</u>	<u>21.896</u>	<u>16.508</u>

Os saldos a receber, a pagar e as despesas e receitas com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, dividendos a pagar, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

12 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e encargos	2.407	2.182
Honorários de diretoria	1.596	1.429
Planos de aposentadoria e pensão	67	59
Outros benefícios	<u>1.354</u>	<u>1.146</u>
	<u>5.424</u>	<u>4.816</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Depósitos judiciais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS (a)	3.830	3.620
INSS (a)	20.853	19.910
Imposto de renda	5.625	5.187
Processo Administrativo - SRF (b)	7.665	7.303
CIDE (c)	11.196	13.207
Penhora Judicial (d)	14.074	17.926
Trabalhistas (e)	29.126	25.824
Outros	<u>8.510</u>	<u>8.540</u>
	<u>100.879</u>	<u>101.517</u>

- (a) Refere-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 22(a)).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 5.178) e cíveis (R\$ 8.896).
- (e) Referem-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido a quantidade de processos não há o que destacar já que os valores estão pulverizados.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de Passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em Operação	Contrato de Concessão em andamento	Software em Desenvolvimento (c)	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2016	127.677	459	10.017	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.893
Aquisição			7.862	43.239	51.101	192.630	5.318	249.049
Baixa líquida				(552)	(552)			(552)
Transferência para intangível em operação			17.532	270.021	287.553	(270.021)	(17.532)	-
Amortização	(11.475)	(146)	(6.456)	(78.961)	(97.038)			(97.038)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	116.202	313	28.955	1.679.530	1.825.000	175.587	21.765	2.022.352
Custo total	136.735	3.628	109.898	2.661.086	2.911.347	175.587	21.765	3.108.699
Amortização acumulada	(20.533)	(3.315)	(80.943)	(981.556)	(1.086.347)	-	-	(1.086.347)
Valor residual	<u>116.202</u>	<u>313</u>	<u>28.955</u>	<u>1.679.530</u>	<u>1.825.000</u>	<u>175.587</u>	<u>21.765</u>	<u>2.022.352</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2017	116.202	313	28.955	1.679.530	1.825.000	175.587	21.765	2.022.352
Aquisição			24.139	40.087	64.226	203.815	502	268.542
Baixa líquida				(66)	(66)			(66)
Transferência para intangível em operação			21.796	243.125	264.920	(243.125)	(21.796)	-
Amortização	(10.957)	(142)	(11.396)	(87.298)	(109.793)			(109.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	105.245	171	63.494	1.875.378	2.044.286	136.277	471	2.181.035
Custo total	136.735	3.628	155.833	2.944.231	3.240.428	136.277	470	3.377.175
Amortização acumulada	(31.490)	(3.457)	(92.339)	(1.068.854)	(1.196.140)	-	-	(1.196.140)
Valor residual	<u>105.245</u>	<u>171</u>	<u>63.493</u>	<u>1.875.377</u>	<u>2.044.287</u>	<u>136.277</u>	<u>470</u>	<u>2.181.035</u>
Taxas anuais de amortização (%)	6,7	5,6,7	20					

(a) Contrato para exploração de serviços públicos possui um custo de aquisição no valor de R\$ 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, onde a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total Contrato de Concessão
Saldos em 1 de janeiro de 2016	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Aquisição				2.592	2.675	1.006	1.881	33.176	1.909	43.239
Baixa líquida		(60)					(113)	(377)		(552)
Transferência para intangível em operação								270.021		270.021
Amortização		(609)	(85)	(3.105)	(1.584)	(1.182)	(1.687)	(68.189)	(2.518)	(78.961)
										-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.890	7.977	1.565	14.547	6.194	8.125	5.158	1.630.863	3.211	1.679.530
Custo total	1.890	34.441	11.569	116.727	30.654	19.245	20.057	2.414.715	11.788	2.661.086
Depreciação acumulada	-	(26.464)	(10.004)	(102.180)	(24.460)	(11.120)	(14.899)	(783.852)	(8.577)	(981.556)
Valor contábil atual	1.890	7.977	1.565	14.547	6.194	8.125	5.158	1.630.863	3.211	1.679.530
Saldos em 1 de janeiro de 2017	1.890	7.977	1.565	14.547	6.194	8.125	5.158	1.630.863	3.211	1.679.530
Aquisição		-		14.513	1.744		418	21.901	1.510	40.087
Baixa líquida				(3)			(16)	(47)		(66)
Transferência para intangível em operação		9.036						234.089		243.125
Amortização		(759)	(82)	(9.204)	(2.049)	(1.232)	(1.756)	(70.199)	(2.018)	(87.298)
										-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
Custo total	1.890	43.477	11.569	131.238	32.399	19.245	20.459	2.670.657	13.298	2.944.232
Depreciação acumulada	-	(27.223)	(10.087)	(111.384)	(26.509)	(12.352)	(16.655)	(854.051)	(10.595)	(1.068.854)
Valor contábil atual	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 9.130 (R\$ 21.665 em 31 de dezembro de 2016) à taxa média de 11,69% (15,24% em 31 de dezembro de 2016).

15 Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2016	5.095	14.422	-	19.517
Aquisição				-
Amortização	(4.042)	(7.597)		(11.639)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.053	6.825	0	7.878
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(236.666)	(194.095)	(1.109)	(431.870)
Valor residual	1.053	6.825	-	7.878
Saldos em 1 de janeiro de 2017	1.053	6.825	0	7.878
Aquisição				-
Amortização	(997)	(5.035)		(6.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	56	1.790	0	1.846
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(237.663)	(199.130)	(1.109)	(437.902)
Valor residual	56	1.790	0	1.846
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

16 Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
De gás	280.619	173.554
De materiais	4.329	6.882
De serviços	72.663	47.779

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>357.611</u>	<u>228.215</u>
17	Empréstimos e financiamentos	2017	2016
	Empréstimos e financiamentos		
	Financiamentos	14.717	38.739
	Linhas de crédito	<u>905.864</u>	<u>899.550</u>
		<u>920.581</u>	<u>938.289</u>
	Total do passivo		
	Circulante	283.282	426.934
	Não circulante	<u>637.299</u>	<u>511.355</u>
		<u>920.581</u>	<u>938.289</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

		<u>2017</u>		<u>2016</u>		
	<u>Fn (*)</u>	<u>Lc (*)</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
(a) Em moeda nacional						
Banco Bradesco S.A.		100%	65.151	310.000	280.866	100.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	5.255	150.000	37.889	120.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		14.717		24.580	14.160
Banco Santander S.A.		100%		132.499		117.927
ING Bank		100%	51.709		2.809	50.000
Banco do Brasil S.A.		100%			48.969	
Banco Intesa San Paolo		100%	54.694			49.268
Banco Itaú		100%	745	44.800		
Banco Scotiabank		100%	<u>91.011</u>		<u>31.821</u>	<u>60.000</u>
Total empréstimos e financiamentos			<u>283.282</u>	<u>637.299</u>	<u>426.934</u>	<u>511.355</u>

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o exercício de 2017 com um custo médio de captação de 115% do CDI (103% em 31 de dezembro de 2016).

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018	-	461.355
2019	182.499	50.000
2020	<u>454.800</u>	<u>-</u>
	<u><u>637.299</u></u>	<u><u>511.355</u></u>

Mapa de movimentação dos empréstimos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ingressos	-	80.000
Amortização	(24.522)	(26.839)
Encargo provisionado	103.693	132.115
Encargo pago	<u>(96.879)</u>	<u>(124.565)</u>
	<u><u>(17.708)</u></u>	<u><u>60.711</u></u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 20.000.

18 Tributos a recolher

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS	30.333	20.282
Imposto de renda a pagar	53.482	38.791
COFINS	8.899	8.293
PIS	1.929	1.768
CS/PIS/COFINS terceiros	1.722	1.858
INSS terceiros	1.218	2.038
ISS terceiros	1.075	1.325
Outros	<u>3.837</u>	<u>4.855</u>
	<u><u>102.495</u></u>	<u><u>79.210</u></u>

19 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>		
	<u>Imposto</u>	<u>Contribuição</u>	<u>Imposto</u>	<u>Contribuição</u>
	<u>de renda</u>	<u>social</u>	<u>de renda</u>	<u>social</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>478.215</u>	<u>478.215</u>	<u>409.966</u>	<u>409.966</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(119.554)	(43.039)	(102.492)	(36.897)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	20.286	7.303	19.278	6.940
Adições Permanentes	(3.725)	(1.341)	(3.763)	(1.354)
Incentivos Fiscais	702		522	
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.099)</u>	<u>(396)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	<u>(102.291)</u>	<u>(37.077)</u>	<u>(87.554)</u>	<u>(31.707)</u>
Alíquota efetiva	<u>21</u>	<u>8</u>	<u>21</u>	<u>8</u>

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social de R\$ 587.923 (2016 – R\$ 544.500) está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	<u>100,00%</u>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em março de 2016, o acionista Gas Natural Internacional SDG S.A. passou a se denominar Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2016 aprovou o grupamento das ações de emissão da Companhia na proporção de 200 ações ordinárias para 1 ação ordinária, sem modificação do valor do capital social.

A Companhia aumentou seu capital social no ano de 2017 mediante a capitalização de parte das reservas de expansão, no montante de R\$ 43.423. Em 2016 a Companhia já havia aumentado seu capital utilizando parte das reservas de expansão, no montante de R\$ 101.670.

20.2 Reserva de lucros

Compostos como segue:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Em AGOE realizada em 27 de abril de 2017, foi aprovado o incremento de R\$ 72.311 em reserva de expansão, adicionalmente, definiu-se a transferência de R\$ 43.423 para aumento de capital social, sem modificação no número de ações, valores estes referentes à distribuição do resultado de 2016.

A reserva de lucros ultrapassou o montante do capital social em 2017 e a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2018 deliberará sobre a destinação desse excesso.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio.

Conforme estabelecido em AGOE realizada em 27 de abril de 2017, o valor de R\$ 77.111 foi distribuído a título de JCP, a todos os acionistas e pago em parcela única em 27 de julho de 2017. Também houve deliberação sobre os dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 2.470) e dividendos adicionais (R\$ 124.276) referentes ao resultado do exercício de 2016. O montante de R\$ 126.746 foi pago em parcela única em 20 de dezembro de 2017.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido	338.847	290.704
Constituição da reserva legal	(16.313)	(14.535)
Base de cálculo dos dividendos	<u>322.534</u>	<u>276.169</u>
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	<u>80.634</u>	<u>69.042</u>
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(81.144)	(77.111)
Dividendos a pagar	<u>(10.579)</u>	<u>(2.470)</u>
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	<u>28%</u>	<u>29%</u>

(d) Lucro por ação

O lucro básico por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período, conforme cálculo a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerador		
Lucro líquido	338.847	290.704
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>259.638</u>	<u>259.638</u>
Lucro líquido por ação básico – R\$	<u><u>1.305,08</u></u>	<u><u>1.119,65</u></u>

21 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. A confissão de dívida firmada pela CEG com o Gásius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 foi integralmente quitada em janeiro de 2016.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	50	53
Assistidos	<u>1.037</u>	<u>1.048</u>
	<u><u>1.087</u></u>	<u><u>1.101</u></u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Esta contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gasius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. A dívida foi integralmente quitada em janeiro de 2016.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011 o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir desta data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG, totalizaram:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo de pensão (Gasius)	2.317	2.287
Assistência médica	7.268	6.871

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.585 9.158

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2017	2016
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.099	5.804
Prêmio aposentadoria	1.970	1.935
Assistência médica para aposentados	192.140	130.279
	200.209	138.018
Circulante	(32.125)	(21.247)
Não circulante	168.084	116.771

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2017	2016
Em 1º de janeiro	138.018	105.201
Custo do serviço corrente	1.236	973
Juros sobre obrigações atuariais	57.719	52.692
Rendimento esperado dos ativos do plano	(42.064)	(47.925)
Reconhecimento de (ganhos)perdas atuariais	57.562	76.907
Benefícios pagos	(1.084)	(39.551)
Contribuições de patrocinadores	(11.178)	(9.158)
Pagamentos confissão de dívida	-	(1.133)
Juros confissão de dívida	-	12
Em 31 de dezembro	200.209	138.018

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2015	310.934	5.203	1.994	96.882
Custo do serviço corrente	205	-	63	705
Juros sobre obrigações atuariais	39.405	643	179	12.465
Contribuições participantes	509	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	47.379	817	(123)	28.785
Benefícios pagos	(29.955)	(859)	(179)	(8.558)
Em 31 de dezembro de 2016	368.477	5.804	1.934	130.279

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo do serviço corrente	79	-	59	1.098
Juros sobre obrigações atuariais	41.889	640	150	15.040
Contribuições participantes	467	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	2.429	561	5	54.567
Benefícios pagos		(906)	(178)	
Em 31 de dezembro de 2017	<u>413.341</u>	<u>6.099</u>	<u>1.970</u>	<u>200.984</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS
Em 31 de dezembro de 2015	<u>372.987</u>
Rendimento esperado	47.925
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	42.604
Contribuições da patrocinadora	3.412
Contribuições dos participantes	509
Benefícios pagos	<u>(29.955)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	437.482
Rendimento esperado	50.262
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(10.782)
Contribuições da patrocinadora	2.334
Contribuições dos participantes	467
Benefícios pagos	<u>(34.160)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u><u>445.603</u></u>

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	262.149
Fundos de investimento de renda fixa	<u>63.877</u>
	326.026
Títulos de renda variável	74.607
Investimento imobiliário	32.717
Outros ativos	24.762
	<u><u>458.112</u></u>

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de benefícios – GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	396.373	368.478
Valor justo dos ativos do plano	<u>(445.602)</u>	<u>(437.482)</u>
Superavit	(49.229)	(69.004)

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Limite assunção de dívida (*)	49.229	69.004
Passivo líquido	-	-

(*) Passivo atuarial não reconhecido, pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Benefício especial de aposentadoria Valor presente das obrigações atuariais	<u>6.099</u>	<u>5.804</u>
Prêmio aposentadoria Valor presente das obrigações atuariais	<u>1.970</u>	<u>1.935</u>
Assistência médica a aposentados Valor presente das obrigações atuariais	<u>192.140</u>	<u>130.279</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	Plano de benefícios GASIU	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	79	-	59	1.098	1.236
Juros sobre obrigações atuariais	50.087	640	150	15.040	65.917
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(50.262)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(50.262)</u>
	(96)	640	209	16.138	16.891
Resultado abrangente	<u>2.429</u>	<u>561</u>	<u>5</u>	<u>54.567</u>	<u>57.562</u>
Imposto de renda e contribuição social					<u>(20.765)</u>
Resultado abrangente líquido de impostos					<u>(36.797)</u>

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2017 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	<u>Mudança na premissa</u>	<u>Impacto no passivo total</u>
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2017, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	6,05% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	N/A.
Crescimentos salariais futuros	1%a.a.
Inflação	5% a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

22 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhistas	33.282	32.127
Cíveis	17.010	16.363
Tributárias	<u>13.592</u>	<u>15.589</u>
	<u>63.884</u>	<u>64.079</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.079
Adições	16.442
Baixas/reversões	(17.398)
Atualizações monetárias	<u>761</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>63.884</u>

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, ao questionamento sobre a incidência da CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma estimamos como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.196 (R\$ 13.207 em 31 de dezembro de 2016) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 13 (c)). Devido a problemas de acesso junto ao Banco a Companhia atualizou o valor da CIDE de forma estimada e regularizado o fato impeditivo, foi possível regularizar a atualização o que gerou uma distorção, ora corrigida. Existem ainda R\$ 2.396 (R\$ 2.382 em dezembro de 2016) referentes a honorários de êxito.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Esfera		
Federal	<u>13.592</u>	<u>15.590</u>
	<u>13.592</u>	<u>15.590</u>

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 70.120 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 93.615 em 31 de dezembro de 2016), o montante envolvido sofreu significativa redução devido a êxito total na defesa de um processo relacionado a créditos indevidos de ICMS.

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 15.934 (R\$ 15.161 em 31 de dezembro de 2016).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 8.404 (R\$ 8.165 em 31 de dezembro de 2016).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 12.389 (R\$ 11.912 em 31 de dezembro de 2016).

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que tratam-se de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 440.280 (R\$ 428.404 em 31 de dezembro de 2016) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo compensado parcialmente, restando em aberto o montante de R\$ 13.136 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 13.136 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	42	38
Ex-empregados terceiros	819	752
Outros (Ministério Público, INSS)	<u>12</u>	<u>11</u>
	<u>873</u>	<u>801</u>

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ex-empregados CEG	5.847	8.186
Ex-empregados terceiros	<u>27.435</u>	<u>23.941</u>
	<u>33.282</u>	<u>32.127</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam em 31 de dezembro de 2017 R\$ 60.338 (R\$ 67.677 em 31 de dezembro de 2016).

Embora a Companhia esteja direcionando suas iniciativas, no sentido de que exista a redução das contingências laborais, devido à Lei. 13.467/18, Lei da Reforma Trabalhista, obtivemos um aumento de ações trabalhistas correspondente ao novo marco.

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a CEG a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer. O recurso manteve a decisão. Foi interposto pela CEG último recurso cabível em Brasília. Neste caso, foi celebrado acordo no valor de R\$4.000 em dezembro de 2016, e a Companhia aguarda a extinção do processo.
- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito fatal ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então estatal. Em sentença a CEG foi condenada a pagar para cada autor a quantia de R\$ 30 a título de danos morais. Foi condenada, também, ao pagamento de pensão para os filhos do falecido na quantia de 0,78 salários mínimos desde a data do acidente além de uma prestação anual a título de 13º salário, até completarem 25 anos, data em que a pensão será convertida em favor da esposa do falecido. Condenada a pagar pensão para esposa do falecido no valor de 2,34 salários mínimos da data do acidente até a data que a vítima completaria 72,9 anos, além de uma prestação anual a título de 13º salário, além das custas processuais e honorários advocatícios. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da provisão é de R\$ 2.225. O processo está em fase de execução, apresentamos impugnação aos cálculos apresentados pela autora e este foi enviado para o contador judicial.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda provável no montante de R\$ 12.908 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

Além das contingências cíveis acima, a Companhia possui saldos a receber pela venda de gás a quatro postos de combustíveis do tipo GNV, no montante de R\$ 34.484 (Nota 8), que encontram-se, presentemente, em disputa judicial em decorrência de questionamento dos postos sobre o sistema de medição, cujo funcionamento foi referendado por peritos independentes. Parte do recebível, no montante de R\$ 1.649 mil, foi objeto de depósito judicial baixado em 2018 por resgate e a outra parte poderá ser realizada por meio de execução de garantias no decorrer da disputa judicial

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e/ou após a sua conclusão, cujo valor justo é superior ao valor do recebível. O prognóstico quanto ao desfecho da disputa é favorável à Companhia, tendo os postos já sido intimados a depositarem o valor em disputa enquanto aguardam a conclusão de perícia solicitada em juízo. Sobre esse recebível, cabe a incidência de multa e juros de mora, cujo total monta a R\$ 12.963, não contabilizados até que a dívida dos postos seja liquidada. Considerando o andamento do processo, o prognóstico favorável à Companhia e as garantidas existentes, não foi registrada provisão para impairment do recebível.

23 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (927.149 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.387 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shoppincenters e hotéis), industrial (300 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoeletrico (3 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (459 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada nos períodos de 2017 e 2016:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmentos	Margem por segmento 2017							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	
Volumes m³ mil (Não revisado)	115.909	79.339	492.532	1.844.300	890.924	-	-	3.423.004
Receita Bruta	766.937	268.739	789.734	1.061.228	1.320.877	189.567	140.130	4.537.212
Deduções	(161.449)	(57.619)	(157.336)	(7.015)	(285.887)		(36.413)	(705.719)
Receita Líquida	605.488	211.120	632.398	1.054.213	1.034.990	189.567	103.717	3.831.493
Custo	(127.830)	(86.055)	(497.275)	(1.001.310)	(900.585)	(189.567)	(4.325)	(2.806.947)
Resultado Bruto	477.658	125.065	135.123	52.903	134.405	-	99.392	1.024.546
Despesas/Receitas Operacionais								(546.331)
Resultado antes da Tributação								478.215
Provisão p/IR e Contribuição social								(139.368)
Lucro/Prejuízo do Período								338.847

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmentos	Margem por segmento 2016							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	
Volumes m³ mil (Não auditado)	114.811	92.658	478.960	1.396.102	798.934	-	-	2.881.465
Receita Bruta	673.334	247.370	668.085	810.791	992.162	186.971	113.732	3.692.445
Deduções	(152.533)	(53.069)	(134.237)	(3.562)	(214.741)		(14.027)	(572.169)
Receita Líquida	520.801	194.301	533.848	807.229	777.421	186.971	99.705	3.120.276
Custo	(83.855)	(74.050)	(414.930)	(768.006)	(673.061)	(186.971)	(3.435)	(2.204.308)
Resultado Bruto	436.946	120.251	118.918	39.223	104.360	-	96.270	915.968
Despesas/Receitas Operacionais								(506.002)
Resultado antes da Tributação								409.966
Provisão p/IR e Contribuição social								(119.262)
Lucro/Prejuízo do Período								290.704

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de serviços	128.429	104.579
Receitas de serviços taxados	10.971	7.337
Receita de alugueis	730	1.816
	<u>140.130</u>	<u>113.732</u>

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

24 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da Receita Líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Venda de gás	4.207.515	3.391.742
Contratos de construção	189.567	186.971
Outras receitas	140.130	113.732
Total receita bruta	4.537.212	3.692.445
(-) Deduções da receita Bruta	(705.719)	(572.169)
Receita líquida	<u>3.831.493</u>	<u>3.120.276</u>

25 Custo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compra de gás e de serviços	2.524.638	1.927.378
Custo dos contratos de construção	189.567	186.971
Custo de pessoal	22.544	21.770
Custo de amortização do intangível	70.198	68.189
	<u>2.806.947</u>	<u>2.204.308</u>

26 Compromissos e contingências

26.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de junho de 2017 foi celebrado o termo aditivo nº 12 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pelo aditivo nº 12 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu para o ano de 2017: (i) a retirar da PETROBRÁS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM); (ii) a retirar da Petrobrás e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, 95% da QDC.

Ao final do exercício de 2017, com os dados reais apurados, não houve pagamento de RMM.

26.2 Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido). A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que alterou os compromissos regulatórios assumidos nos aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC aos municípios de Maricá e de Mangaratiba.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 977.222 (moeda de dezembro de 2011, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo aditivo, tendo sido realizado até dezembro de 2017, 95% deste valor.

26.3 Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (“AGENERSA”), por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofreram uma redução de 1,99%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

Em razão do atraso para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia arrecadou um montante financeiro superior ao devido, desta forma, assim a AGENERSA também determinou um fator de retroatividade que será aplicado às margens durante os anos 2014/2017, o que representa uma redução adicional de 3,60%.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No segundo semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

27 Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesa de pessoal	104.040	90.584
Entidade de previdência privada	8.755	6.132
Utilidades, materiais e serviços	25.675	28.410
Despesa com amortização do intangível	45.627	40.488
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.890	14.810
Serviços e outros gastos (a)	210.703	188.581
	<u>408.690</u>	<u>369.005</u>

(a) Referem-se, principalmente, a gastos pós-venda, tais como: leitura de medidores, manutenção emergencial, serviços de cobrança, etc.

28 Outras despesas, líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos e taxas (a)	10.665	817
Ganhos na alienação de intangível	(578)	(1.012)
Indenização a terceiros	19.783	21.326
Despesa com impostos	969	2.275
Ganho na venda de equipamentos	(2)	(3)
Outras despesas operacionais, líquidas	359	2.064
	<u>31.196</u>	<u>25.467</u>

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em novembro de 2016, gerando variação relevante frente ao período de comparação.

29 Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	6.894	3.829
Atualizações monetárias e cambiais ativas	1.919	18.875
Receita de juros e encargos	11.109	14.979
Outras receitas financeiras	4.498	4.383
	<u>24.420</u>	<u>42.066</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente do passivo de concessão	-	(5.154)
Juros de empréstimo Juros	(93.774)	(107.165)
IOF	(1.552)	(5.114)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(8.996)	(11.898)
Fiança bancária	(23.278)	(21.484)

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras despesas financeiras	(3.265)	(2.781)
	<u>(130.865)</u>	<u>(153.596)</u>
	<u>(106.445)</u>	<u>(111.530)</u>

30 Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Ramos</u>	<u>Em reais</u> <u>Importâncias</u> <u>seguradas</u> (não auditado)
Risco operacional (*)	640.700
Responsabilidade civil geral (*)	326.808
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	94.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.